



Ética e CERSAM

Uma reflexão sobre os
atos e o lugar do outro

PÁGINA 3

O corpo violentado: cumplicidade e omissão

PÁGINA 7

Benilton Bezerra fala sobre a Psicanálise no final do século

PÁGINAS 8 e 9

Avaliação psicológica: questões éticas

PÁGINA 16

RAN: uma luta contra o caos

JORNAL
DO PSICÓLOGO

BELO HORIZONTE
ANO 16 Nº 63
JUNHO 1999



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP - 04

JTP

Ed	EDITORIAL.....	2
Á	ARMAÇÃO.....	2
É	ÉTICA.....	3
Ag	AGENDA.....	4
T	TESE.....	5
I	INSTITUCIONAL.....	6
M	MÍDIA.....	7
E	ENTREVISTA.....	8
C	CULTURA.....	10
CR	O CONSELHO RESPONDE... ..	12
P	POLÍTICAS EM PSICOLOGIA .	13
S/A	POLÊMICA	14
I	INTERFACES.....	16



Quereres

O que quer o psicólogo, pelo dia do nascimento da sua profissão?

Reconhecimento. E como pretende comemorar este seu dia? Usando toda a sua criatividade, expondo os seus desejos, liberando seus sonhos, certamente. É tão jovem, profissão! Tão promissora! Tão inquieta! Está sempre questionando algo. Vamos, reúna os seus convidados, os seus parceiros! Vamos preparar juntos o menu da festa. Comece pelos seus vizinhos, na sua cidade. Afinal o que quer?

“...Onde queres descanso sou desejo...”

Você, nós todos vamos organizar a nossa festa. Em diversos locais da 4ª Região, se encontram pessoas que estão se movimentando, idealizando, programando as manifestações comemorativas. E, são muitos os motivos que nós temos para comemorar: o aniversário de 37 anos; a bela e nova casa própria; os projetos sendo concretizados. As “Quartas no Conselho”, em tão pouco tempo, já conquistaram muitos adeptos, que como nós, percebem que a formação de um psicólogo ultrapassa os limites da academia, colocando em relevo as expressões culturais através do cinema, da música, do teatro, das artes plásticas, aspectos constituintes de nossas subjetividades. É um sucesso! Outro bom motivo para comemorar também é “O Conselho por aí”, que saiu da centralização para criar novos vínculos em outros horizontes, particularmente belos. Motivos é que não faltam. O sonho dos colegas do Espírito Santo, de caminhar para sua independência, já começa a tornar-se realidade com a instalação da Seção-ES.

Este ano serão mais de 101 mil convidados para a grande festa. Será uma comemoração nacional e com tantos motivos que provocam uma mobilização. Será impossível ficar parado. Então, vamos, mexa-se, convoque, reúna, compartilhe suas idéias, escreva, telefone, comunique-se com a gente. Vamos todos organizar a nossa festa do dia 27 de agosto.

“... O quereres e o estares sempre a fim”.

IX PLENÁRIO

ED

PRÓXIMA PARADA

Durante os meses de junho, julho e agosto, a equipe técnica do CRP-04, juntamente com um conselheiro, estará visitando as seguintes cidades. Programe-se!

31 a 04/06 - Caratinga - Manhuaçu - Carangola
07 a 11/06 - Pratinha - Ibiá - Araxá - Sacramento - Frutal
14 a 18/06 - Caxambu - Itamonte - Passa Quatro
21 a 25/06 - Gov. Valadares - Teófilo Otoni
28 a 12/07 - J. Molevade - Timóteo - Ipatinga - Cel. Fabriciano
05 a 09/07 - Passos - Alpinópolis - Guaraniésia - Alfenas - Machado
12 a 16/07 - Monte Carmelo - Uberlândia - Monte Alegre de Minas
26 a 30/07 - Unai - Paracatu
02 a 06/08 - Campo Belo - Lagoa Prata
09 a 13/08 - Montes Claros
23 a 27/08 - Muriaé - Leopoldina - Além Paraíba - S. J. Nepomuceno - Ubá
30/08 a 03/09 - Barbacena - Barroso - Santos Dumont - Juiz de Fora

Durante este período serão realizadas também visitas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na Região Central.

JJP JORNAL DO PSICÓLOGO

IX PLENÁRIO

Adilson Rodrigues Coelho • Alysson Massote Carvalho • Angela Ribeiro • Andréa Máris Campos Guerra • Cassandra Pereira Franca • Custódio Cruz de Oliveira e Silva • Elaine Maria do Carmo Dias • Eliane Matos Martins • Fernanda Otoni de Barros • Francisco José Machado Viana • Jorge Franca de Oliveira • Júnia Maria Campos Lara • Maria Carmem de Castro Patrocínio • Maria do Carmo Nahas • Maria José Vilela Lamounier • Mariana de Campos Mendonça • Mécia Pimenta de Figueiredo • Milton dos Santos Bicalho • Reluí Rachid Nagme de Oliveira • Renato Luz • Roberto Chateaubriand Domingues • Rodrigo Guimarães Silva • Ronaldo de Oliveira Zenha • Samyra Assad • Sandra Maria Garcia de Aquino • Vânia Aparecida Botega

DIRETORIA

Francisco José Machado Viana Presidente
Jorge Franca Vice-presidente
Roberto Chateaubriand Domingues Tesoureiro
Maria Carmen C. Patrocínio Secretária

Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) CRP-04

Rua Timbiras, 1532 - 6º andar - Lourdes - Cep 30140-061
Belo Horizonte, MG - Telefax: (031) 213-6767 - Telex: (031) 392882
E-mail: crp04@prover.com.br

Seção Espírito Santo

Rua Desembargador Sampaio, 40 - sala 301 - Ed. Top Center, Praia do Canto, Vitória ES - Cep 29055-250
Tel. (027) 324-2806

Escritórios setoriais do CRP-04 em Minas Gerais

- **Triângulo Mineiro (ESTM)**: Conselheiro residente: Renato Luz (Uberaba) e Maria José Vilela Lamounier (Uberlândia) - Rua Almor Prata, 23 - sala 605 - Ed. Os Bandeirantes - Uberaba MG - Cep 38010-050 Tel. (034) 312-5694
- **Zona da Mata (EZM)**: Conselheiro residente: Andréa Máris Campos Guerra e Reluí Rachid Nagme de Oliveira - Avenida Barão do Rio Branco, 2588 - sala 901 - Centro, Juiz de Fora MG - Cep 36016-311 - Tel. (032) 215-9014
- **Sul de Minas (ESM)**: Conselheiro residente: Sandra Maria Garcia de Aquino - Rua Comendador José Garcia, 239 - sala 202 - Pouso Alegre MG - Cep 37550-000 - Tel. (035) 423-8382

Jornal do Psicólogo

INFORMATIVO DO CONSELHO DE PSICOLOGIA - CRP-04

Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04
Coordenação geral: **Fernanda Otoni de Barros**
Comissão: **Eliane Matos Martins, Fernanda Otoni de Barros, Mariana de Campos Mendonça, Renato Luz, Rodrigo Guimarães**

Jornalista responsável: **Raquel Marzagão** (Mtb 6051/MG)
Projeto gráfico: **Marcelo Xavier**
Edição gráfica: **Grupo de Design Gráfico Ltda**
Claudia Barcellos Guimarães (Mtb 2109/MG)
Revisão: **Rosa Drumond**
Fotolito: **Laser Plus**
Impressão: **Artes Gráficas Formato Ltda**
Tiragem: 13.000 exemplares - Distribuição gratuita
Periodicidade: trimestral

Neste momento, em que o CRP-04 convoca a categoria a participar das comemorações do *Dia do Psicólogo*, festejando as conquistas empreendidas pelos colegas na área de saúde mental nos últimos anos, queremos resgatar a preciosa e memorável contribuição de *Cézar Rodrigues Campos*. Cézar nos falta agora, mas nos deixa o grande legado da luta pela cidadania na composição de um espaço social plural. Desde o final dos anos 70, de forma incansável e apaixonada, ele concorreu para a articulação, mobilização e inserção dos profissionais de saúde mental em Minas, bem como para a redescoberta, no espaço político-social, dos “portadores de sofrimento mental”. A Cézar nossa homenagem nesse 18 de maio, quando através do texto de Andréa Milagres avançamos em nossa reflexão sobre o “movimento antimanicomial”, tornando possível no CERSAN – uma “clínica do sujeito” – uma proposição de ultrapassagem à necessária ética dos direitos humanos.

As possibilidades humanas diante do caos permitem uma enorme gama de inscrições singulares. A matéria sobre *violência* mostramos como esta pode eternizar-se através do silêncio e da ambigüidade, enquanto José Newton Garcia nos oferece um apanhado histórico sobre a *generosidade humana* nos diversos contextos em que se justifica. Pelo viés da linguagem em suas diversas concepções, Valéria Freire nos leva a adentrar o *espaço escolar* marcado por diferenças culturais e sociais que embasam as práticas que ali se produzem. Tanto o fórum que questiona as *drogas como fenômeno social*, quanto o *projeto comunitário voluntário* proposto por Carmem Lent, permitem-nos entrever novas abordagens que contribuem para a produção de conhecimento e qualificação de nossa formação profissional.

Nossa gratidão a Moacyr Laterza por nos haver brindado com um texto inédito da saudosa *Sônia Viegas*, que abre para nós a possibilidade de enriquecermos o cotidiano de nossa existência, tão maltratada nos novos tempos liberais. Este número do JP lhe convida a acompanhar o *processo de criação* onde os autores se eternizam ao engendrar as obras de arte. Vamos viajar pela arte de Kurosawa “torturantemente bela na lentidão refletida de suas metáforas”, guiados pelos olhos poéticos de Soninha.

COMISSÃO EDITORIAL

A

ÉTICA E CERSAM

Uma reflexão sobre os atos e o lugar do outro

No dia 18 de maio foi comemorado o aniversário da Luta Antimanicomial. O CRP-04, que sempre participou dessa luta ativamente, optou por destacar essa seção do JP em homenagem a esse movimento tão significativo.

ANDRÉA FRANCO MILAGRES

O trabalho cotidiano num CERSAM (Centro de Referência em Saúde Mental), destinado a acolher e tratar pacientes psicóticos em crise, nos introduz um vasto leque de questões, quando o tema em pauta toca o campo da **Ética**.

De saída parece-nos importante demarcar que se trata de uma instituição onde vários saberes se entrecruzam, de onde podemos recolher como efeito a produção e a circulação de mais de um discurso. Ponto irredutível concernente ao estatuto mesmo de uma instituição de saúde mental, não havendo cabimento, portanto, sustentar o ideal de apagar o tensionamento constantemente observado entre as diferentes posições. O que não deve nos eximir certamente de examinar as conseqüências éticas destes posicionamentos.

Há um pressuposto ético universal relativo ao respeito aos direitos de cada usuário ali inscrito, e que certamente regula qualquer de nossos procedimentos. Entretanto, a hipótese freudiana da existência do inconsciente implica em irmos mais adiante; implica em deixar falar o sujeito. Para além do *necessário* de uma ética dos direitos humanos, postula-se no Cersam o *possível* de uma clínica do sujeito.

Apostamos já termos feito avanços numa posição anterior que era a de opor os 'objetivos da saúde mental' ao 'discurso do psicanalista', pois tal oposição trazia como resultante o inconciliável da presença da psicanálise no serviço público.

Em Belo Horizonte, encontramos-nos numa singular posição com relação a outros pontos do país no que concerne ao movimento antimanicomial. Insistimos no fato de que à psicanálise não interessa manter-se à margem de pensar as experiências subjetivas que interrogam profundamente o laço social, em nome de uma garantia de "pureza". Se antes, corria à boca pequena a recomendação lacaniana de que não deveríamos recuar diante das psicoses, agora nos parece que a psicanálise não deve recuar diante de seus deveres para com a civilização, incluindo aqui seu mal-estar.

Assim sendo, pactuamos com a noção de que uma instituição como um Cersam não está aí para que nela se exerça ou se aplique a psicanálise, no sentido de verificar suas possibilidades e limites. O mesmo valendo para qualquer outro discurso que carregue tal pretensão.

Uma instituição está aí por que existem certos momentos ou estados clínicos da psicose para os quais não há outro lugar possível, justamente porque constatamos formas abruptas de irrupção do gozo que não passam somente pelo delírio e pelas alucinações, mas pelo **agir**, ponto limite ao convívio social. (Zenoni, 1998)

Se a instituição não está aí para o exercício e aplicação da psicanálise, seria possível pensar que ela pode querer contar com a psicanálise entre os outros discursos que ali se presentificam?

Partindo da idéia de que somente neste ponto a psicanálise poderá se inscrever, na categoria do *possível*, arriscaria dizer que o desafio a que se tem proposto numa instituição de saúde mental é **fazer da psicose uma questão de sujeito**, mesmo a despeito do lugar que lhe é designado, quando o tomamos enquanto "objeto de cuidados" em relação às suas necessidades. (Alguns autores nos indicam o risco de tal *pris en charge* que colocaria fundamentalmente o sujeito numa posição paranóide, podendo condenar a transferência a uma viragem erotomaniaca.)¹

Mais ainda, é apostar que onde se vê crise, a psicanálise supõe um sujeito. Neste sentido, nos interessaria pensar se o aforisma lacaniano, de que "o inconsciente é estruturado enquanto uma linguagem", continuaria valendo para o campo das psicoses, ainda que uma constatação nos deixe problemas ao nível do tratamento: é que aí o inconsciente se apresenta do lado de fora, provocando toda uma sorte de estranheza, de tal forma que o sujeito se verá continuamente obrigado a encontrar soluções, mesmo que essas possam variar significativamente em se tratando de uma esquizofrenia ou de uma paranóia. A idéia é, pois, pensar a psicose, bem como suas manifestações mais bizarras e singulares, como um modo de resposta encontrado para dar sentido ao que surge como insensato, oriundo do lado do Outro.

Nossa clínica tem nos dado notícias de que este Outro do psicótico (absolutamente real na paranóia e não sendo mais que o Outro da língua na esquizofrenia) porta uma característica inequívoca, a saber: o capricho e uma demanda voluntariosa que freqüentemente colocam esses sujeitos em posição de objeto de seu gozo. O analista ou aquele que se arroja em escutar um psicótico muitas vezes se vê colocado nesse lugar. Não se trata sempre de um "manejo equivocado"; trata-se se assim, podemos dizer, de um dos avatares da estrutura, conseqüência da ausência da Lei paterna, que deveria vir mediatizar a relação do sujeito com seu Outro primordial. Ao nível do tratamento podemos supor que não somente o profissional responsável pela condução do caso pode se encontrar em tal posição, como também a instituição. Seria possível registrar tais manifestações no cotidiano da clínica. Na referida instituição onde tenho desenvolvido um trabalho há cerca de três anos, temos testemunhado com freqüência atos agressivos dirigidos aos profissionais, funcionários, gerência e instalações, sem contar os atos que perfilam entre os próprios pacientes.

Pura ironia do destino, já que a instituição se funda justo no limite em que o ato inviabiliza o convívio social, repetindo-se entre aqueles supostamente capazes de contê-lo ou indicativo da necessidade de repensarmos a posição ética de onde temos operado?

Tais acontecimentos puderam colocar sob suspeita a idéia de que os atos violentos dirigidos ao corpo institucional possam ser simples e invariavelmente considerados como resultantes do quadro psicótico em si mesmo. Alguns autores (Alfredo Zenoni, Antônio di Ciaccia e Philippe Lacadée), fundamentados nas contribuições de Freud e Lacan têm nos apontado que uma condição de possibilidade para o tratamento do psicótico na instituição é operar a partir do que denominam como sendo "tratamento" do Outro: "*Todo este trabalho que fazem os psicóticos, crianças ou adultos, é para pôr em aberto uma dialética no interior mesmo do Outro, para introduzir uma diferença com a finalidade de separar o Outro e o gozo. Não estando em medida de efetuar a operação pela inscrição simbólica, que garantiria esta distância, a criança psicótica recorre à tentativa de uma inscrição no real, tentativa que exige a cada vez ser verificada*".²

Se supomos que a instituição possa se constituir enquanto um Outro, oferecendo ao sujeito proteção e abrigo nos momentos insuportáveis, é possível também situá-la noutras circunstâncias enquanto mote para seu ato violento e desesperado. Esse ato podendo assim se afirmar enquanto uma resposta do sujeito ao discurso com o qual se tenta apreendê-lo.

A partir desse ponto espera-se ter sido possível tangenciar indicativos que possibilitem à instituição refazer caminhos para que não opere na contramão do trabalho, se pudermos dizer, do trabalho espontâneo que o sujeito se esforça pôr fazer, ou seja, esvaziar o excesso de gozo do campo do Outro. Tal tarefa de esvaziamento, sabemos, pode prescindir de uma analista. Mas se tal demanda de esvaziamento se formula a uma instituição, é preciso que escutemos, pois o ensurdecimento poderá ter como efeito desastroso a tentativa, por parte do sujeito, de fazer uma demonstração no real, no campo da atuação, tratando de mostrar a este Outro, compacto (encarnado pela instituição), que a incompletude constitui fato de estrutura, ao qual o sujeito, *mesmo psicótico*, procurará manter-se fiel.

A ética, numa instituição de saúde mental que se encarrega de sujeitos psicóticos, e de onde se faz possível no particular de cada acontecimento uma entrada do discurso psicanalítico, poderia sustentar-se a partir de um *não ceder sobre a falta do Outro?*

Andréa Franco Milagres é psicóloga do CERSAM - Leste - PBH e professora da disciplina Clínica e Saúde mental no Unicentro Newton Paiva.

NOTAS

- (1) - APOLLON, A. et al. Le traitement de la psychose. In: Mental 2, *Revue Internationale de santé mentale et psychanalyse appliquée*. Bruxelles, 1996.
- (2) - CIACCIA, A e BAIO, V. Le voile et le manque. In: Mental. Paris, École Européenne de Psychanalyse - Section francophone, 1995. p. 50. (tradução minha)

BIBLIOGRAFIA

- ZENONI, A. - Dans le marges du lien social. In: *Mental*. Paris, L'École Européenne de Psychanalyse - Section Francophone, 1995.
- _____. - Traitement de l'Autre. In: *Preliminaire 3*, pag.101 1 111.
- MONSENY, J. - Un trajet dans la santé mentale. In: *Mental 2, Revue internationale de santé mentale et psychanalyse appliquée*, mars, 1996.
- APOLLON, W. et alli. *Le traitement de la psychose*.

II Congresso Sulmineiro de Psicologia e Ciências Humanas

Uma realização da Associação dos Psicólogos do Sul de Minas, na cidade de Pouso Alegre, em setembro próximo.
Informações: (035) 423-6773

III Congresso de Psicanálise das Configurações Vinculares

II Encontro Paulista de Psiquiatria e Saúde Mental

Data: 11 a 13 de julho
Local: Grande Hotel São Pedro/São Paulo
Informações: (011) 282-1876 e (011) 3871-4156

IX Congresso Mineiro de Psiquiatria Psiquiatria, Ciência e Ética: *Clinicar é preciso?*

Data: 9 a 12 de junho
Local: Associação Médica de Minas Gerais / Av. João Pinheiro, 161
Informações: (031) 221-5195 e 273-5788

Seminário Lacaniano Jornadas de Psicoanálise

1999 Las Marcas de la Epoca

Data: 4 a 6 de junho
Local: Teatro I. Concepción - Humahuaca, 3640 - Buenos Aires / Argentina
Informações: (5411)15-4401-5004

Mesa redonda: Gravidez, Aborto e AIDS na Adolescência

Sociedade Brasileira de Psicoterapia / Dinâmica de Grupo e Psicodrama - SOBRAP
Data: 28 de junho
Horário: 19h30min
Inscrições: R\$5,00 - na sede da SOBRAP
Local: Sede da SOBRAP - Rua Juiz de Fora, 1268/1102 - Santo Agostinho
Informações: (031) 291-9878

Dinâmica de grupo: Drama e Psicodrama de Casais

Data: 23 de junho
Sociedade Brasileira de Psicoterapia / Dinâmica de Grupo e Psicodrama - SOBRAP
Horário: de 19 às 22h
Inscrições: R\$5,00 - no local
Local: Edifício Maleta
Este evento é uma parceria com a Livraria Paulus

II Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar

Data: 19 a 21 de agosto
Local: Campus da UFMG - Instituto de Ciências Biológicas - ICB

IV Congresso Brasileiro de Neuropsicologia - O término da década do cérebro: o que aprendemos?

Data: 25 a 27 de junho
Local: Hotel Glória, Rio de Janeiro
Informações: JZ Promoções e Assessoria de Congressos,
telefone: (021) 286-2846

III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica

Data: 24 a 27 de agosto
Local: Campus da Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo
Associação Ibero-Americana de Psicologia

Jurídica

Informações: (011) 256-2726 e 256-3011

Seminário: A pulsão e o outro: panorama do *si/et* de Jacques Alain-Miller

Data: 19 de junho
Local: Rua Halfeld, 1179 - CES/Academia
Coordenador: Sérgio de Castro
Informações: (032) 211-3886, 215-4124 e 215-7468

4ª Reunião para organização do III Fórum Mineiro de Psicanálise que será realizado em agosto do ano 2000, em Araxá.

Data: 6 de junho - Horário: 9h
Local: Rua Dr. Francklin de Castro, 160
Museu Calmon Barreto - Araxá
Informações: (034) 661-4108

VIII Semana de Seminários da Universidade de Uberaba

Data: de 27/09 à 01/10
Local: Universidade de Uberaba
Informações: (034) 332-3322

Seminários da Associação Pró-Saúde Mental Ponto de Partida e o Projeto Cais Ciclo de Estudos sobre os *Transtornos Mentais da Criança (Neurose, Psicose e Autismo)*.

Serão sorteadas uma vaga para cada um dos seminários

• Autismo, Esquizofrenia e Paranóia - diferenciação diagnóstica na psiquiatria e na psicanálise

Data: 12 de junho
Informações: (032) 211-0259 ou 211-3946
- Juiz de Fora.

• Autismo: O último véu

Data: agosto, dia a confirmar
Informações: (032) 211-0259 ou 211-3946
- Juiz de Fora

• Debilidade Mental e Doença Mental Infantil: confusão diagnóstica

Data: setembro, dia a confirmar
Informações: (032) 211-0259 ou 211-3946
- Juiz de Fora

Seminário Direcionado à Produção Científica Ligada à Prática Psicológica

Datas: 29/06, 31/08, 28/09, 26/10 e 30/11
Local: CES - Centro de Ensino Superior - Rua Halfeld, 1179/ 204 - Centro, Juiz de Fora
Informações: (032) 215-9014

O CRP-04 - Escritório Setorial Sudeste - está apoiando a iniciativa do Fórum Permanente de Saúde Mental de Juiz de Fora que, atualmente, está organizando as discussões temáticas para a **II Conferência Municipal de Saúde Mental**, que irá se realizar em agosto/99. As reuniões têm acontecido nas segundas-feiras, ordinariamente às 20h30
Local: Rua Benjamin Constant, 984
Informações: (032) 215-9014

Curso de Atualização em Orientação Vocacional

Núcleo de Orientação Profissional
Data: 11 e 12 de junho, 18 e 19 de junho, 02 e 03 de julho
Local: NOP - Núcleo de Orientação Profissional - Rua Antônio de Albuquerque, 749/1305
Ministrado por Sílvia Bock (NACE- SP)
Informações: (031) 227-5615

• **Socorro, Doutor! Atrás da Barriga Tem Gente!**, autoria da psicóloga mineira, de Araxá, Ângela Maria Amâncio de Avila. O livro aborda temas como gestação, parto, puerpério, maternidade e paternidade, enfatizando a relação do Profissional de Saúde/família Grávida. Editora Atheneu/RJ, 1999. Contato: (034) 662-3488 ou 661-3488
E-mail: bernardo.aax@zaz.com.br

• **Palavras Cruzadas entre Freud e Ferenczi**, de Luís Cláudio Figueiredo / Editora Escuta, São Paulo, 1999.

• **Mediação Familiar**, Maria de Nazareth Serpa, Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999.

• **Teatro Espontâneo e Psicodrama**, de Moyses Aguiar/ Editora Agora, São Paulo 1999.

• **O Psicodrama Após Moreno** - Inovações na teoria e na prática, de Paul Holmes, Marcia Karp e Michael Watson/ Editora Agora, São Paulo 1999.

• **A Psicoterapia na Instituição Psiquiátrica** - Relatos de vivências da equipe do serviço de psicoterapia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, organizado por Oswaldo Ferreira Leite Netto/ Editora Agora, São Paulo 1999.

• **Fragmentos de um Olhar Psicodramático**, de Sérgio Perazzo/ Editora Agora, São Paulo 1999.

• **Novas Cenas para o Psicodrama - O teste da mirada e outros temas**, de Dalmiro M. Bustos/ Editora Agora, São Paulo 1999.

• **O Despertar do Tigre** - Curando o trauma, de Peter A Levine com Ann Frederick/ Summus Editora, São Paulo 1999.

• **Pedagogia e Terapia em Eutonia - Guia de regulação psicotônica**, de Gunna Brieghel-Muller e Anne-Marie Winkler/ Summus Editora, São Paulo 1999.

• Foi lançada em dezembro último, na sede da Associação Mineira de Psiquiatria, o primeiro número da revista **Metipolá**. A publicação foi criada a partir da experiência de trabalho da equipe do CERSAM-LESTE, com pacientes em crise, dentro da proposta do Movimento Antimanicomial.
Informações: (031) 277-5756 ou 277-5743.

• No dia 15 de junho, às 19h, no salão nobre da Prefeitura de Belo Horizonte, será lançado o livro **Conferências de Alain Badiou no Brasil**, que tem a apresentação e a organização do psicanalista Célio Garcia. Maiores informações sobre a obra de Alain Badiou: badiou-dispatch@egroups.com.



JUNHO

02 Mesa-redonda: **Avaliação Psicológica: um estudo de personalidade**
Participantes: Dalva de Moura Nogueira da Gama e Alzira Schueller Barboza Pereira
Horário: 20h - Local: Sede do CRP-04

09 Debate e Mesa-redonda: **Psicanálise e Universidade**
Participantes: Lúcia Mara Dias (Fumec); Geraldo Majela Martins (Newton Paiva); Lúcio Marzagão (UFMG) e Wanderley Chieppe Felipe (PUC-MG)
Horário: 20h - Local: Sede do CRP-04

16 Palestra: **O psicólogo e sua atuação: instituição hospitalar**, com a psicanalista Marisa Decat de Moura.
Horário: 20h30 - Local: Sede do CRP-04

23 Debate: **Globalização e Saúde do Trabalhador**, com o Prof. Ricardo Augusto Alves de Carvalho.
Horário: 20h - Local: Sede do CRP-04
Este evento será promovido em parceria com o Sindicato dos Psicólogos

30 Lançamento do livro **Diante do Mistério: Psicologia e senso religioso**
Autores: Adélia Prado, Alysson Massote Carvalho, Eduardo Dias Gontijo, Geraldo José de Paiva, Gilberto Safra, Jader dos Reis Sampaio Marília Ancona-Lopez, Marina Massimi, Mauro Martins Amatzuzi, Miguel Mahfoud
Horário: 20h - Local: Sede do CRP-04

FAVOR CONFIRMAR PRESENÇA ANTECIPADAMENTE. TELEFONE (031) 213-6767.

A interação verbal

Um olhar da Psicologia Social

VALÉRIA FREIRE DE ANDRADE

O presente trabalho originou-se da preocupação em desvelar e analisar as intrincadas relações estabelecidas entre crianças e entre crianças e textos, durante o trabalho de escrita em duplas. Ao observarmos crianças, em interação, construindo seus textos é difícil fazermos idéia de quantos acontecimentos estão em jogo nesse processo. Além disso, essas práticas inserem-se em um espaço escolar, atravessado, portanto, por questões sociais de contexto mais amplo.

O espaço escolar

Para análise do espaço escolar, fundamentamo-nos no pensamento de Bourdieu, mais especificamente, em sua Teoria das Trocas Lingüísticas. Analisando o homem em suas relações sociais, Bourdieu enxerga a sociedade marcada por diferenças, conflitos e relações de dominação, das quais a linguagem não se encontra imune. Em uma sociedade desigual, a linguagem falada por cada classe social tem valor diferenciado. Portanto, vale mais a linguagem falada pelos poderosos, a linguagem oficial, à qual todas devem ser submetidas. Dessa forma, instaura-se uma dominação simbólica, praticada *com* e *através* da linguagem.

Ora, a relação escola e linguagem não é isenta dos conflitos de poder e dominação inerentes ao espaço social mais amplo. O alto índice de repetência e evasão comprova que, apesar de estar havendo uma progressiva democratização do acesso a escola, o mesmo não ocorre em relação a uma democratização da escola. Portanto, ao gerar o fracasso escolar, a escola acaba por acentuar as desigualdades sociais, legitimando-as. Segundo Magda Soares, esse comportamento da escola tem suas raízes nos problemas de linguagem, uma vez que a escola usa e quer ver usada a modalidade padrão, censurando e estigmatizando a linguagem das classes populares, gerando assim um conflito.

Concepções de linguagem

Nesse final de século, o interesse por fenômenos exteriores à língua, como a polifonia, a implicação, a heterogeneidade obrigaram o estudioso da língua a reconsiderar aspectos até então desprezados pelos lingüistas.

Trazendo para dentro do estudo da linguagem, Bakhtin reposicionou a linguagem em uma dimensão social. Em sua Teoria da Enunciação, o autor assegura que o aspecto primordial da linguagem é sua natureza social, sendo a enunciação o elemento fundamental do acontecimento lingüístico. A linguagem é fruto da interação entre sujeitos socialmente organizados, sendo seu contexto social, parte inalienável dela. Portanto, a interação verbal emerge como um processo dialético, no qual o sujeito histórico constrói a linguagem no momento em que a enuncia, ao mesmo tempo em que não é imune às suas determinações. Tal concepção

embasa práticas educacionais como a escrita e leitura de textos feitos em duplas de crianças.

Temos assistido recentemente no país a uma proliferação de escolas construtivistas, paralelamente a uma difusão de práticas que privilegiam a interação entre crianças como um método eficaz na construção do conhecimento. Nossa pesquisa procurou compreender e analisar essas interações, do ponto de vista da enunciação, não nos esquecendo, porém, do contexto social mais amplo, que inevitavelmente interfere e configura tais práticas. Dessa forma, foi no espaço, configurado pela realidade da dominação simbólica e pela crença de que os sujeitos, além de produtos, também podem construir e modificar a linguagem – apesar da dominação simbólica e justamente pelo fato de levá-la em consideração – que se desenvolveu esse trabalho.

Metodologia

Na pesquisa de campo, observamos e gravamos em fita cassete, a interação de duas duplas de crianças de primeira série, durante o trabalho de escrita de textos. A pesquisadora separou cada uma dessas duplas e pediu-lhes que escrevessem um conto de fadas, podendo alterar a história como quisessem.² Uma dupla pertencia a uma escola pública, e a outra, a uma escola particular. Dessa forma tivemos representantes de duas classes sociais distintas. O conceito de classe social referiu-se à noção de espaço social de Bourdieu, segundo a qual dentro de um campo social existem diferenças relativas à distribuição do capital simbólico. Assim, uma dupla representava a linguagem oficial, e a outra detinha um dialeto não-padrão.

As transcrições seguiram convenções da Sociolingüística e da Análise do Discurso, uma vez que procuramos registrar as entonações, pausas, interrupções e falas sobrepostas.

Para operacionalizar as interações, utilizamos do trabalho de Wanderley Geraldi, segundo o qual, através da enunciação, os sujeitos praticam ações **com/sobre**, e sofrem ações **da** linguagem, ao mesmo tempo em que realizam operações lingüísticas, epilingüísticas e metalingüísticas.

Portanto, em nosso trabalho, as interações verbais foram categorizadas, através de tabelas, a partir de:

ações **com** a linguagem: quando uma criança interagia com a outra no sentido de modificar o sentido proposto pelo companheiro;

ações **sobre** a linguagem: quando as crianças faziam alterações sobre a linguagem própria do texto, modificando o desenrolar dos acontecimentos convencionais da história;

ações **da** linguagem: quando as crianças submetiam-se às convenções da língua escrita;

operações lingüísticas: operações que permitiam um desenrolar da narrativa, sem uma parada para reflexão sobre o sentido ou sua transformação;

operações epilingüísticas: operações que implicavam uma pausa para reflexão sobre o sentido, causando ou não uma transformação;

operações metalingüísticas: essas operações não apareceram em nosso trabalho, uma vez que referem-se a uma reflexão sistematizada sobre o sistema lingüístico, tal como a fazem os gramáticos e os lingüistas.

Através de tais categorias, foi possível detectar aspectos da interação, tais como a sua complementaridade ou assimetria, ou seja, o jogo de forças envolvido no uso da linguagem.

Conclusões

O estudo apontou para uma pertinência de tais práticas, uma vez que a escrita em duplas quebra a ilusão de monossímia e monologia da linguagem, levando a pausas e discussões entre as crianças para a reflexão sobre as expressões lingüísticas nas duas duplas focalizadas. Assim encontramos nas duas duplas operações lingüísticas e epilingüísticas equivalentes.

Porém, no que se refere às ações lingüísticas, encontramos uma maior disposição na classe privilegiada para realização de ações **sobre** a linguagem, transformando o texto original da história, configurando uma maior ousadia no que se refere à produção da linguagem. Também, no que diz respeito às relações **com** a linguagem (crianças entre si e crianças e textos), encontramos relações mais complementares nas classes privilegiadas. Na classe popular a interação por vezes resvalou para uma relação de dominação, tanto de uma criança por outra, como das crianças pelo texto, o que ficou evidenciado por poucas ações **sobre** a linguagem, e pela centralização do trabalho por uma das crianças, que submetia a outra **com** a linguagem.

Assim, trabalhar com a linguagem em uma perspectiva libertária, transformadora, requer mais do que o uso de recursos e práticas educacionais sustentadas por teorias interacionistas e sociais da linguagem. Tal trabalho vai além do lidar com escrita e textos, pois apenas repetir práticas não ajuda a quem mais precisa. Assim o trabalho do educador encontra-se num delicado equilíbrio entre o conduzir e o deixar ir, entre mostrar o caminho e incentivar a busca, entre o ensinar e o desafiar, equilíbrio com certeza mais difícil para aqueles que lidam com as classes populares, para as quais a linguagem, que tem de ser aprendida como também produzida, não é aquela da qual são senhores e produtores. No contraponto, as crianças da classe privilegiada já estão acostumadas a ser produtoras da linguagem oficial, por sinal, a sua própria linguagem.

(1) - Resumo da dissertação apresentada em dezembro de 1998, como requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia Social, na FAFICH, UFMG.

(2) - Atividade desenvolvida rotineiramente na classe de ambas as escolas.

RESOLUÇÃO

ORIENTAÇÃO SEXUAL

RESOLUÇÃO CFPNº 1/99, DE 23 DE MARÇO 1999

O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que o psicólogo é um profissional da saúde;

Considerando que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

Considerando que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

Considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

Considerando que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

Considerando que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações.

Resolve:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1999

Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira Presidente



Escritório Setorial do ES é promovido para Seção

Em assembléia realizada no dia 23 de abril, no Hotel Aruan - Camburi, Vitória - Espírito Santo - o Escritório Setorial do Espírito Santo foi promovido à Seção.

A Seção, em parceria com o CRP-04, está comprometida com a política nacional para a psicologia, ditada pelo Congresso Nacional de Psicologia em suas ações, e tem autonomia política na condução de seu plano de trabalho para o Espírito Santo.

Foram eleitos membros da comissão gestora da Seção 01: Fabíola Costa e Silva Cunha (presidente), Diná Portela de Oliveira Lima de Aguiar (secretária), Hildicéia Santos Affonso, Maria de Fátima Tallon Matheus, Paulo Antônio Bossois H. de Sá Duarte (vice-presidente), Francisco de Assis Nobre Souto (tesoureiro), Patrícia Rocha Donato, Maria Antonieta Xavier, Andréa Daher da Silva e Pedro Márcio Brandão.

Campanha de inadimplência

O enfrentamento da questão em nível regional (MG/ES)

As seguintes providências já foram tomadas:

- composição de uma Comissão de Inadimplência;
- repasse de cobrança externa (escritório de advocacia) para cobrança interna;
- ação preventiva: envio de correspondência ao final de 98, lembrando da possibilidade de pagamento da anuidade, daquele ano, sem juros e estruturação de um sistema de cobrança quadrimestral, iniciando um mês após o vencimento da anuidade atual;
- resposta dada e analisada caso a caso às solicitações de negociação dos atrasos, mobilizando o pessoal do Conselho ligado a essa área;
- desenvolvimento de um projeto para Inadimplência no Regional 04;
- prioridade de atendimento de negociação dos profissionais que demandaram proativamente essa ação, seleção das correspondências recebidas e atendimento imediato delas, com agendamento de reunião e conselheiros disponíveis para essa tarefa de negociação.

Escritório do Sul de Minas

Com a presença do presidente do CRP-04, Francisco Machado Viana, da conselheira Sandra Aquino, de psicólogos e autoridades locais, foi instalado, em 17 de abril, na cidade de Pouso Alegre, o Escritório Setorial do Sul de Minas.

Atendendo a mais de 90 cidades e aproximadamente 1.100 psicólogos, o escritório, localizado em área central, foi montado de maneira a atender prática e confortavelmente os profissionais que dele precisarem.

O horário de funcionamento do escritório é de segunda à sexta-feira, das 14 às 18:30h.

O telefone é: (035) 423-8382

QUANTO CUSTA

Durante os meses de março, abril e maio o CRP-04 realizou variados eventos científicos e culturais. Desde apresentações teatrais e musicais, filmes comentados, lançamentos de livros, debates e palestras, coral, noite de contos até exposição de artes plásticas. Nesses três meses circularam pela sede aproximadamente 850 psicólogos, envolvidos nessa programação.

Esses eventos custaram ao conselho R\$5.939,13. O que significa, portanto, o equivalente a aproximadamente R\$7,00 por psicólogo.

CLASSIFICADOS

Sub-loco horários em consultório de psicologia em Betim, para psicólogos ou profissionais de áreas afins: fonaudiólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais etc. Tratar com Margarete, pelos telefones: (031) 531-1115, (031) 592-1616 ou 9955-2452

Sub-loco consultório à Av. Brasil, 284/1005 (em frente à Igreja de Santa Efigênia), para psicólogos ou professor de ioga. Contato: Marina Morato. Telefone: (031) 296-2298

Sub-loco/divido consultório montado para atendimento psicanalítico, com divã; para atendimento de crianças e adolescentes. Sala ampla para atendimento de casal, família ou grupo de até 8 (oito) pessoas. Endereço: Av. Amazonas, 115/1008 - Centro. Tratar com Katya, pelos telefones: (031) 273-7494 ou 422-7075.

Divido horários em meu consultório, localizado à rua Ceará - Santa Efigênia. Tratar com Ângela Patrícia, pelos telefones: (031) 241-2951 ou 481-6172.

Sub-loco consultório de psicologia em ótima sala na Savassi. Horários: manhã, tarde e noite. Endereço: R. Professor Moraes, 562/301. Contato: (031) 293-2887 ou 9976-2287, tratar com Dulce.

Ofereço horários para sub-locação em consultório. Endereço: Av. João César de Oliveira, 1007/304 - Eldorado/Contagem. Tratar com Sandra, pelo telefone: (031) 395-4755 ou 9975-3315.



O corpo violentado: cumplicidade e omissão

Apolaridade entre certo e errado, no cotidiano das práticas culturais, não é absoluta nem constante. Frequentemente, nos deparamos com dilemas e os comportamentos sociais parecem mostrar-se irreduzivelmente ambíguos. A violência é um tema complexo que se recobre de diferentes fenômenos sociais. No nosso cotidiano, referimo-nos à violência no esporte, no trânsito, nas ruas, nas prisões ou ainda com relação às precárias condições de vida, à fome, e, evidentemente, com relação à criminalidade: a violência contra as mulheres, contra as crianças, contra a natureza, a violência física, psicológica... O professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina Theophilos Rifiotis acredita que uma reflexão em torno das bases culturais da nossa imagem de violência pode contribuir para uma melhor compreensão desta construção social. "A violência é um dos elementos vivos de qualquer projeto social. Ao invés de negarmos sua presença e a repudiarmos como um fantasma, deveríamos procurar compreender como ela se inscreve nas relações sociais e no nosso imaginário", sugere Rifiotis. Essa atitude reflexiva pode contribuir para um melhor conhecimento da nossa sociedade e para a modulação da própria violência.

No Brasil, a violência sexual, principalmente contra crianças e adolescentes, conta com a cumplicidade dos adultos próximos e da sociedade como um todo.

Segundo a doutora em Teoria Política e Filosofia Moral e professora do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina Sônia T. Felipe, o discurso de vitimização da mulher e da menina, forma tradicional de abordagem do estupro, precisa ceder lugar à análise da cultura mais ampla que estimula a obtenção de benefícios via violência, institucionalizada em nossa sociedade, hoje. As mulheres não são vítimas individuais do estupro praticado por indivíduos particulares, determinados biológica e sociologicamente a exercerem esse papel. Homens e mulheres, no Brasil, estão imbricados nessa mesma cultura de objetificação erótica. Não há inocentes nesse lugar, a não ser os meninos e meninas levados precocemente a participar de uma cena que vem apenas satisfazer à ansiedade genital dos adultos.

Entre nós, a desmistificação da atividade sexual e a influência da cultura erótica de massas estão levando à destruição das distinções do que seja sexo pornográfico, do que seja o erótico e o violento, apresentados como se fossem, os três, a mesmíssima coisa. Em "inocentes" programas de televisão infantis e nas tendências da dança e das letras de música, forma-se uma cultura na qual se superexpõe o corpo feminino e se alicia meninas para uma atividade que se destina não a lhes dar prazer, mas a servir de estimulante libidinal. O

sujeito mulher passa a não existir, há apenas um corpo portador do aparelho genital feminino.

Felipe, então, coloca a questão: de que modo criminalizar o estupro, e o assédio se, ao mesmo tempo, na mesma cultura, são incentivadas exclusivamente as formas de sexualidade objetificantes do sujeito feminino? A representação das mulheres brasileiras na mídia induz a pensar que a mulher brasileira incorpora a graça erótica divina quando comparada às mulheres do resto do mundo. Genitalizou-se de tal modo o corpo feminino, que todo movimento forçosamente deve conduzir o olhar masculino para a visão da genitália, direta ou sugestivamente insinuada.

Em seu livro *Ética Prática*, o filósofo australiano Singer discute, do ponto de vista ético, a questão do dever moral de agir em prol de uma causa, dado que, no caso da omissão, o que resulta é que ninguém faz nada para minimizar o sofrimento do outro. Omitir-se de agir contra a violência resulta no mesmo que deixar que se continue a praticá-la. Neste caso, não se pode alegar inocência. Omissão resulta sempre em cumplicidade. E é justamente, da cumplicidade que Felipe irá falar. "O sexo violento na família não ocorre às escondidas de outros olhares. A avó, a irmã, a prima, a vizinha, a professora e a própria criança estuprada vêem o que se passa, sabem muito bem quando a cena se repete, mas quem sabe, temem dizer a si mesmas o que sabem, pois isso implica em tomar partido. Há que investigar o que se passa com a mulher adulta que, desse modo, torna-se cúmplice da violência à qual está submetida criança no âmbito da família. O que leva a mulher a contemplar seu parceiro estuprando sua criança? As meninas são violentadas durante anos, até chegarem à adolescência. As mães se calam ao longo desses anos. Há ou não cumplicidade das mulheres com estupradores da família?, indaga. E ela própria responde: "mulheres cúmplices têm nas meninas, das quais se abusa sexualmente, uma espécie de substitutas para satisfazer a demanda sexual infantilizada masculina, inadequada para uma mulher adulta". E já coloca outra questão: "Não será dessa forma que as mulheres se aliviam do terror do sexo imposto à força, o qual, na ausência de crianças com as quais o ator se locupleta, sobraria a elas dar vazão?"

Finalmente, é para a cumplicidade das mulheres que Felipe chama a atenção. Para que não se caia na ilusão de que é necessário mudar a atitude dos homens, para se vencer o costume de "assaltar" sexualmente. As mulheres não podem jamais exigir dos homens que mudem suas atitudes, se, elas mesmas, não mudarem. Seus papéis tradicionais, sua forma de olhar o que eles fazem, seu modo de amparar e incentivar os atos dos homens, mesmo os mais bárbaros.

A violência sexual não é mais, nesse final de século, questão de intimidade, e, sim, ético-política, pois implica dominação, exclusão e extermínio da pessoa como sujeito, aniquilando sua autonomia moral, liberdade física e seu desenvolvimento bio-psico-sociopolítico.

A violência sexual aumenta a cada ano, no Brasil e em outros países. No Brasil, falta uma política pública dedicada a reeducar para a liberdade sexual, falta, nas universidades, corpo docente habilitado a tratar da violência com enfoque inter-pluri-multidisciplinar. Não há, por parte do governo, um interesse em adotar políticas públicas para minimizar a violência. No Brasil, o temor das crianças e mulheres, vítimas da violência sexual em dizer o que sabem, está relacionado à ausência de uma estrutura institucional de apoio. Enquanto não firmarmos contratos públicos para implementação de políticas multidisciplinares de apoio à pessoa violentada, continuaremos a manter, por conta da omissão não apenas individual mas principalmente institucional, a cultura permissiva do assalto sexual na família", alerta Felipe.

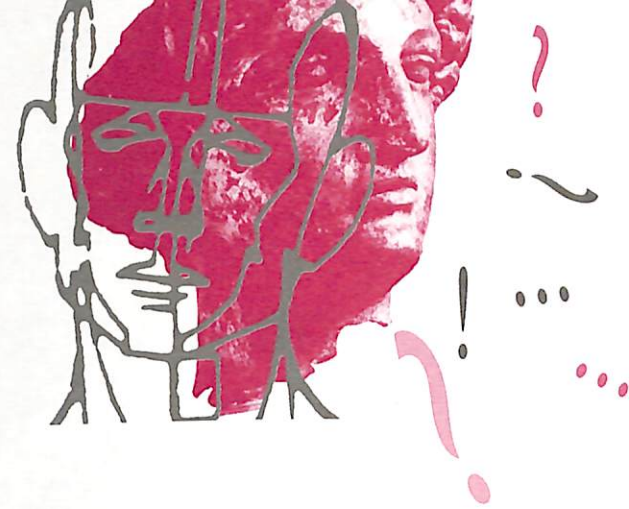
Segundo Georges Vigarello, "ainda não tomamos consciência, no Brasil, dos danos irreversíveis que a violência sexual causa à integridade da pessoa, tanto mais se ela a sofre na infância".

Quem cala, porém, em uma democracia, consente. O silêncio público acerca da sexualidade dos estupradores serve de reforço às suas práticas.

A professora Sônia T. Felipe, em *Violência e Cumplicidade* (artigo apresentado no Congresso Internacional: Família e Violência, realizado nos dias 19 a 23 de abril, em Florianópolis - SC), aborda de forma questionadora o silêncio e a falta de iniciativa das mulheres brasileiras, no que diz respeito à luta pelo fim da violência sexual que se expande assustadoramente sobre as crianças, no âmbito da família. Ela critica esse silêncio por tornar a mulher brasileira cúmplice da violência praticada por homens.

O CRP-04 (MG/ES), juntamente com o CRP-05 (RJ), CRP-06 (SP) e o CFP estarão promovendo o I Encontro de Psicologia sobre Violência e Políticas Públicas de Segurança da Região Sudeste, anteriormente previsto para o final de julho e adiado para os dias 23, 24 e 25 de setembro, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Em breve, todos os psicólogos receberão o folder informativo sobre o Encontro.

A Psicanálise no final do século



A Psicanálise continua, desde sempre, a interessar todos aqueles que voltam sua atenção para o desafio da construção da subjetividade; além disso, sobre a maneira que essa experiência acaba por se entrelaçar com a experiência do outro, formando, assim, uma baliza de crenças e éticas compartilhadas; enfim, tornando a solidariedade não apenas possível mas necessária.

O professor **Benilton Bezerra Júnior** é psiquiatra e psicanalista, professor do Instituto de Medicina Social de Pós-graduação em Saúde Coletiva, do Programa de Residência em Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital Pinel, do Ministério da Saúde, Rio de Janeiro. Trabalhou e tem artigos escritos nas áreas de Psiquiatria Social, Psicanálise e cultura.

No momento, desenvolve um estudo sobre as Teorias das Relações Corpo e Mente, nos pensamentos ocidental e asiático.

Com a proximidade do fim do milênio, têm surgido na imprensa artigos que falam do fim da história, da filosofia, da política etc.. (teorias catastróficas que apregoam o fim de tudo). Você acha que seria possível falar do fim da Psicanálise?

Acho que é preciso distinguir três aspectos de sua pergunta. O primeiro diz respeito ao suposto "fim" da história, da política, etc, idéia que vem circulando com força desde o fim dos anos 80, com o fim da experiência socialista e a hegemonia atual do chamado neoliberalismo. A história, segundo seus pretensos coveiros, teria chegado ao fim no momento em que a "racionalidade inelutável" do mercado teria se imposto às tentativas "ideológicas, irracionais e ineficazes" das propostas socialistas e mesmo social-democratas de insistir numa abstrata justiça social e não na eficácia financeira ou produtividade econômica. A idéia é uma grande tolice. Afirmar o fim da história nada mais é do que uma tentativa de conferir uma máscara de legitimidade às novas formas brutais de concentração de riquezas e de exclusão social, que se dão em escala planetária. É querer infiltrar no imaginário intelectual e social a "evidência histórica" de que não há mais sentido em opor ao capitalismo alguma utopia social libertária. É a retórica do conservadorismo político travestida em teoria.

No entanto, e isso nos leva ao segundo aspecto da pergunta, é fato que vivemos nas últimas décadas uma atmosfera de esvaziamento do sentido de história na experiência individual e coletiva. As novas gerações são, talvez, as primeiras a emergir para a vida social sem uma utopia como referência (para adotar ou repelir, pouco importa). E isto não é pouco importante. Sem um horizonte coletivo no qual se possam projetar sonhos ainda não realizados, o passado se torna relevante, e o presente se esgota numa mera fruição ansiosa do que se oferece como emblema de bem-estar. É a própria percepção da vida como projeto, que tende a se estreitar. Futuro, hoje em dia, é mais conhecido como o nome de um dos mercados em que se pode apostar na ciranda financeira.

É claro que este pano de fundo teria que influir

sobre os destinos da psicanálise na cultura. A busca de uma análise pressupõe um certo tipo de modelagem subjetiva, uma certa experiência de si, que abre para o sujeito a possibilidade de viver o mal-estar psíquico com um estranhamento, um enigma, que traz à tona uma exigência de entendimento, uma necessidade de sentido. *O homo psychoanalyticus* sofre de significações. Ora, intrigar-se com o absurdo de um sintoma, questionar-se sobre a razão de ser de uma experiência de sofrimento, perguntar-se sobre o sentido de um mal-estar é uma atitude cada vez menos prevalente em nossa cultura. O desejo de fruição imediata da vida e a necessidade de otimizar a performance psíquica exige uma abordagem mais diretiva, mais imediata, voltada para a eficácia no controle da vida subjetiva. Soluções rápidas para o dia a dia, e não um questionamento do sentido da própria experiência. Como o futuro parece cada vez mais distante de nossa capacidade de influência pessoal (por conta das leis do mercado, das determinações genéticas ou dos vai-e-vens das serotoninas nas sinapses), uma "prática de si" como a psicanálise vai perdendo o apelo que ostentava no tempo do existencialismo, da contracultura, dos movimentos libertários. A prática psicanalítica está comprometida com uma certa modalidade de experimentação da condição humana. Supõe as noções de história, busca de autonomia, afirmação do desejo, exercício da singularidade, etc. Mais do que que nunca está na contramão.

Fim da psicanálise? Enquanto prática terapêutica predominante, não tenho dúvida. Já está acontecendo. Não só no Brasil, em toda parte. Não apenas pelas razões já aludidas. Há outros fatores em jogo. A crise econômica e o controle do mercado de saúde pelas seguradoras, por exemplo está transformando radicalmente o cenário. A ofensiva ideológica do fiscalismo escancara as portas às farmacoterapias, e assim por diante. Talvez até, algum dia, a psicanálise desapareça. Nenhum drama nisso. Tudo o que é humano é mortal. Mas no horizonte visível, o legado de Freud permanece bem vivo. Não só como um caminho para aqueles que não desistirem da vida como exercício de "construção de si", mas também como instrumento de interrogação e intervenção no plano da cultura. Enquanto os psicanalistas forem capazes de responder de modo criativo e surpreendente aos enigmas e desafios de seu tempo, ela terá seu lugar.

A Psicanálise sempre manteve com a filosofia ocidental relações ora próximas, ora distantes. O que você poderia nos dizer das suas relações com as filosofias orientais, zen-budismo, por exemplo?

Quando Freud começou a criar a psicanálise, o ocidente mal havia começado a tomar conhecimento da complexidade e da riqueza das tradições asiáticas. Durante 2400 anos a reflexão, nos dois lados do mundo, se desenvolveu praticamente sem diálogo. Com exceção de alguns gregos, aventureiros como Marco Polo, e missionários jesuítas, quase ninguém no ocidente tinha tido contato o pensamento e as práticas ligadas ao

hinduísmo e o budismo em suas várias formas. Na época de Freud o budismo era ainda visto como uma prática mística, uma religião escapista ou uma busca de transcendência contra os males da existência humana. Havia muito mais equívoco do que acerto na interpretação de seus princípios. Nietzsche, por exemplo, via no budismo um colorido nihilista que ele desprezava, uma receita de salvação para os espíritos fracos, que procuravam no nirvana uma panacéia universal. Em *O mal-estar na civilização*, Freud descreveu o "sentimento oceânico" (referido às práticas meditativas) como busca da "restauração do narcisismo sem limite" e "ressurreição do desamparo infantil". Além dele, Ernest Jones, Otto Rank e Ferenczi chegaram a ter contato com o pensamento oriental, mas não levaram adiante o que poderia ter sido uma investigação riquíssima. Talvez não por acaso, dos discípulos foi Jung quem mais estudou o assunto. Sua leitura, porém, ajudou a reforçar uma aura de misticismo e exotismo em torno dessas tradições, o que contribuiu para afastar os psicanalistas. Só no fim dos anos 50, com a vinda de mestres zen aos EUA do pós-guerra, o diálogo timidamente começou. É dessa época o livro de E. Fromm e D. T. Suzuki *Psicanálise e zen-budismo*, ainda hoje interessante. De lá pra cá, o cenário mudou. Traduções dos textos originais começaram a surgir, inúmeros professores e mestres se estabeleceram no ocidente, centros de pesquisa foram fundados em universidades. Há, hoje, trabalhos que procuram explorar as afinidades e diferenças entre Freud, Winnicott, etc e as descrições e práticas psicológicas encontradas na tradição budista. Um exemplo recente é o livro de Mark Epstein *Pensamentos sem pensador* (Ed. Griphus).

O budismo, assim como a psicanálise, tem na sua origem uma questão pragmática: como lidar com o sofrimento? Em ambos se encontram descrições do eu como ficção, da identidade como ilusão, da transitoriedade da experiência subjetiva, da multiplicidade identificatória, da imbricação entre corpo, mente e meio ambiente, da ânsia por plenitude como motor da existência e origem do sofrimento. As noções budistas de impermanência, não-eu, vazio, apego e originação co-dependente, para citar somente algumas, compartilham da visão anti-essencialista e pluralista do sujeito que a psicanálise tem no centro de sua teoria e de sua prática. Foi surpreendente para mim encontrar em Nagarjuna, um filósofo budista do século II, uma descrição do eu como imagem especular muito próxima à formulação lacaniana. No ocidente o modelo dualista (sobretudo após Descartes) construiu uma dicotomia entre mente e corpo, entre subjetividade e objetividade, entre teoria e prática que até hoje nos dá dor de cabeça para superar. O que há de melhor em Freud são as intuições que contrariam esse modelo. Na tradição budista essa dicotomia inexistente. Nietzsche, Heidegger e Wittgenstein tem sido tomados como interlocutores por vários psicanalistas. Quando o véu do exotismo e do misticismo forem definitivamente rasgados, faremos como alguns neurobiólogos (Francisco Varela, entre outros) já fazem: vamos substituir a curiosidade pelo estudo, e sair ganhando.

Como você vê as relações atuais entre a Psicanálise e a Psiquiatria, considerando-se que no passado elas foram amalgamadas, e que hoje assistimos a um grande desenvolvimento da Psiquiatria Biológica?

Não diria que elas foram amalgamadas algum dia. Talvez nos EUA, onde a via de entrada da psicanálise se deu pela mão de médicos cílios demais de sua "cientificidade", o que contribuiu para que a psicanálise fosse percebida muito frequentemente como uma modalidade entre outras de tratamento médico-psicoterápico. No Brasil, não creio que isso tenha se



gado, exceto nas tentativas de alguns dos psiquiatras pioneiros na introdução das idéias freudianas, ou em uma outra instituição psiquiátrica isolada.

O cenário psiquiátrico atual tem uma configuração bastante diferente da que havia há, digamos, dez ou vinte anos atrás. Do pós-guerra até o final dos anos 70 a psiquiatria foi se tornando progressivamente uma questão importante demais para ser tratada apenas por seus especialistas. O surgimento dos vários movimentos de reforma (comunidade terapêutica, psiquiatria preventiva, psicoterapia de setor, anti-psiquiatria, reforma psiquiátrica) testemunham o fato de que a psiquiatria havia se tornado uma questão social, de interesse político e relevância cultural. A consciência de que era preciso substituir modelo manicomial foi em grande parte construída “de fora para dentro”, na medida em que o manicômio surgiu como paradigma de instituição produtora de estigma e exclusão social. Nesses movimentos, com a exceção da experiência italiana, a perspectiva psicanalítica foi quase sempre um instrumento importante. Hoje as propostas anti-manicomialistas já não são “alternativas”. Até a OMS as adotou. O problema agora está na construção não só de novos equipamentos para a rede de cuidados em saúde mental, mas também na invenção de novas modalidades de atenção. O modelo tradicional derivado da prática privada de consultório há muito se mostrou insuficiente. É aqui que a criatividade dos psicanalistas está sendo desafiada. Não só porque se trata de dar conta de uma realidade institucional diferente daquela em que a psicanálise surgiu, de uma clientela que nem sempre apresenta as mesmas características daquela dos consultórios, mas também porque estamos no meio de mudanças importantes no plano das formações subjetivas, dos processos de subjetivação.

Com isto, estou me referindo à verdadeira ofensiva ideológica do fisicalismo, não apenas no interior da psiquiatria mas também no imaginário social. Não passa uma semana sem que a mídia não divulgue a explicação fisicalista de mais uma faceta da experiência subjetiva. Timidez, gosto pela música, a lista parece não ver fim. Ora, há um enorme equívoco neste assunto. As pesquisas sobre neurotransmissores, circuitos cerebrais, transmissão de caracteres genéticos é extremamente importante e útil. Todos poderemos nos beneficiar de seus resultados. Mas uma coisa é conhecer melhor os mecanismos fisiológicos subjacentes às diversas modalidades de experiência subjetiva. Descrições fisicalistas de estados como medo ou depressão são um instrumento importantíssimo para guiar certo tipo de intervenção clínica, como a prescrição medicamentosa. Mas não podem pretender esgotar o assunto. O cérebro não fica deprimido nem alegre. Alguém é que fica. E a depressão ou a alegria não são experimentadas nem podem ser descritas no vocabulário das serotoninas e dos impulsos eletroquímicos entre neurônios. Psiquiatria não trata de cérebros, trata de gente. É óbvio, mas parece que hoje em dia é preciso insistir nisso. A auto-entitulada psiquiatria biológica pretende ser científica sendo reducionista. Para ela toda a vida psíquica pode (ou poderá um dia) ser exaustivamente traduzida e explicada em termos fisicalistas. E atenção: não se trata de um reducionismo metodológico, inevitável quando adotamos um ponto de vista para descrever uma realidade qualquer. O reducionismo dos psiquiatras biológicos é epistêmico, no sentido de que não cogitam de outras descrições com pretensões de verdade. Ao contrário de Stephen Jay Gould, Antonio Damasio, Gerald Edelman, Oliver Sacks, Daniel Dennett e inúmeros outros, têm uma visão da biologia extremamente determinista.

O problema, portanto, da psiquiatria biológica

está no positivismo cientificista que ela abraça, porque ele acarreta consequências graves, para nós, no âmbito da clínica. Quando a dimensão do sujeito é esvaziada como irrelevante para a compreensão da vida psíquica, abrem-se as portas para uma prática clínica normatizadora, pautada por padrões de normalidade e excelência estabelecidos pelas tradições hegemônicas, pelo mercado das identidades ou pela conveniência da indústria farmacêutica. Não há nada que fira mais a perspectiva ética da psicanálise do que essa posição. A prática psicanalítica não é contraditada pelo uso de recursos ou intervenções biológicas, desde que estes sejam utilizados como instrumento na ampliação da capacidade normativa do sujeito, que em situações de sofrimento insuportável pode ficar atrofiada. Mas, quando se trata de elevar a biologia à condição de discurso final sobre a vida psíquica, não há muito diálogo possível. Psicanálise e psiquiatria biológica, nesse momento, se encontram em campos opostos.

Você acha que a Psicanálise possui uma ética própria? Se possui, em que sentido?

A ética diz respeito ao conjunto das proposições prescritivas, não empíricamente fundadas, sobre a vida e os negócios humanos. Trata daquilo que torna aceitável ou inaceitável, desejável ou indesejável uma ideia, um ato, um evento, um estado de coisas. Organiza o significado dos gestos humanos, da morte, das aspirações individuais, etc. Essas proposições podem se organizar num corpo de preceitos morais oferecidos como modelo normativo, como um conjunto de regras às quais se deve adequar a própria conduta e avaliar a dos demais. A adesão a este conjunto prescritivo muitas vezes funciona como elemento de construção identitária. A ética cristã é um exemplo. Não é assim com a psicanálise. Ela certamente não possui uma coleção de “normas do bem viver”, ou um conjunto de “regras para uma boa vida”. Não tem um modelo do que seria a vida psíquica “normal” ou “ideal”. Por isso, de sua teoria não pode ser extraída uma concepção normativa do que seria a saúde, o bem, a felicidade. O que ela nos ajuda é a compreender como valores, ideais, injunções morais, etc, participam na construção complexa da rede de crenças e desejos que nos organiza enquanto sujeitos. Ela visa, como disse Freud em 1937, instaurar “as condições psicológicas mais favoráveis às funções do eu”. A psicanálise não tem como oferecer uma receita de vida, nem um modelo de sociedade. Um psicanalista não tem respostas.

Obviamente, isto não significa que não haja uma dimensão ética presente na maneira como a psicanálise descreve a experiência do sujeito. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que Freud era um homem de seu tempo. A teoria psicanalítica descreve a experiência humana forjada numa certa cultura, a do individualismo ocidental moderno. Quando observamos uma noção psicanalítica como a da singularidade do sujeito, podemos discriminar em torno dela duas acepções, uma teórica, a outra mais propriamente histórica. A primeira diz respeito ao fato de que qualquer indivíduo humano, em qualquer cultura, ascende à condição de sujeito numa trajetória individual, sujeita a múltiplos percalços. Essa é uma tese universal. Em nossa cultura, porém, há mais que isso. A singularidade é um valor socialmente celebrado, ao contrário do que ocorre nas sociedades tradicionais ou hierárquicas. A psicanálise é banhada por essa cultura, e a expressa em sua teoria, além de ter-se transformado em um de seus maiores suportes e mecanismos de difusão. Assim, quando afirmamos a singularidade do desejo e a autonomia do sujeito contra a modelagem identitária e as estereotípias psíquicas, estamos de algum modo expressando o modo peculiar com que a teoria e a prática psicanalíticas

se apropriaram de um valor historicamente constituído como relevante. A ética da psicanálise, portanto, é tão histórica e terrena quanto aquelas cujo viés normatizador ou autoritário ela critica. Ela expressa um ponto de vista sobre a experiência humana, comprometido com um horizonte de liberdade, imprevisibilidade, criatividade, reinvenção de si, a despeito de todo tipo de determinação. Ela é própria à psicanálise, porque sem ela uma prática não pode se pretender psicanalítica.

Quais sugestões você daria para aqueles estudantes recém formados que se interessam pela formação psicanalítica? Quais providências ou cuidados deveriam tomar?

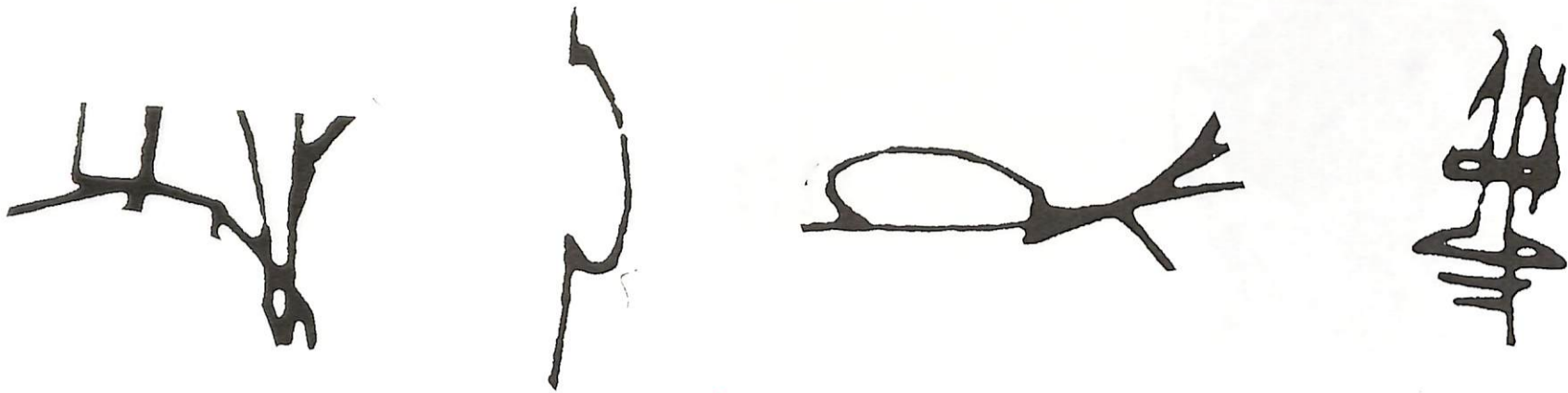
Uma formação implica a análise pessoal, a supervisão e o estudo da teoria. Quanto a esta última diria, em primeiro lugar: leiam e releiam Freud. Muitos jovens chegam a Freud pelos textos de outros autores. Isso é um equívoco. Procurem ter uma visão a mais ampla que puderem do universo teórico psicanalítico. Conheço excelentes analistas que, só depois de romperem com uma prática de anos fechada em torno de um autor erigido em referência absoluta, começaram a descobrir encantados a riqueza de outros pensadores. Quem desconhece a contribuição de Ferenczi, Winnicott, Bion, por exemplo, tem uma percepção empobrecida da diversidade do campo.

Outro conselho: sigam Freud no exercício da dúvida. Não se deixem mesmerizar pelo efeito encantatório que ideias bem arrumadas podem produzir. Mantenham a capacidade de se surpreender, de dizer “não sei o que está acontecendo”. Evitem o fetichismo da teoria.

Lembrem-se de que conceitos não são espelhos da realidade, são ferramentas para agir no mundo. Algumas instituições psicanalíticas mais se parecem com mosteiros freudianos (ou lacanianos ou o que seja), de costas para a vida, voltados para as escrituras. Freud e Lacan dialogaram com seu tempo. Nem todos os grupos de seus seguidores os acompanham no exemplo. Há bastante escolástica em nosso meio. Escolham bem para onde vão.

Finalmente, não se esqueçam que a clínica é experimento, não uma simples aplicação metódica de regras. Sem o inesperado na clínica, a teoria degenera em modelo, a análise se transforma em ortopedia do espírito.





RAN: uma luta contra o caos

A aliança de Kurosawa com Shakespeare

OJP tem o prazer de publicar este artigo inédito de Sônia Viegas, gentilmente cedido pelo Prof. Moacyr Laterza. Maneira singela de a homenagear, dez anos depois de seu “encantamento”. Sônia, como filósofa, manteve uma atitude dialógica e afetuosa com a arte e a criatividade do artista. Sutileza psicológica e profundidade metafísica. Assiduamente participou dos exemplos culturais relacionados com os campos da psicologia e da psicanálise.

SÔNIA VIEGAS DE ANDRADE

Cinema e teatro; encontro entre Oriente e Ocidente no casamento de suas diferenças; apreensão do trágico moderno tornado mais pungente através da recuperação do teatro grego, Ran se vai compondo ao longo de quase três horas de projeção, na mais íntegra verdade artística ou, como o nome já sugere, numa luta contra o caos. Através de artesanatos cheios de silêncio, preparando o desenlace das cenas determinantes, o tempo da criação não se deixa, em nenhum momento, desviar por motivações alheias ao próprio filme. A obra de Kurosawa se vai desvelando inteira, madura, consciente de si mesma, torturadamente bela na lentidão refletida de suas metáforas. Nada pode ser retocado ou substituído, ou trocado de ordem, porque o princípio ético do fazer, nesse trabalho de Kurosawa, está encarnado na proposta que se desenvolve ao longo da história que se inspira na peça shakespeariana. “King Lear” é obra de maturidade, penúltima grande tragédia escrita por Shakespeare, considerada sua plenitude poética. Ran contém uma pesquisa de dez anos, é exigência de unidade e unicidade na criação. Sobre este aspecto, mostra Kurosawa, o único contraponto à altura da arte é a natureza.

Diz Platão no *Banquete*: “bela é a totalidade, porque o belo é o que está unido a si mesmo”. Ran empreende a integração de elementos cuja incongruência desafia a consciência histórica do homem contemporâneo. Trabalhar o caos, promover com a arte o encontro através da diferença amorosa, esse é o desafio. Como os tapeceiros, que improvisam complexos bordados a partir de

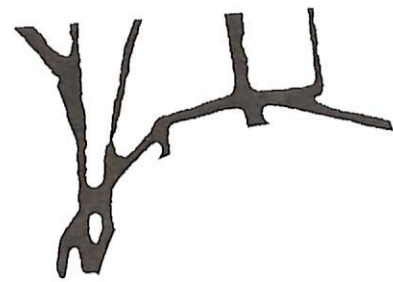
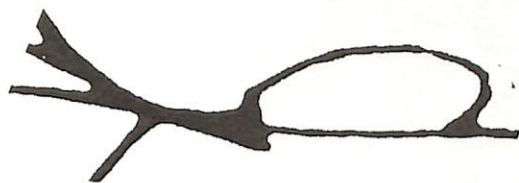
fragmentos heterogêneos catados em meio aos objetos fora de uso, Kurosawa tece a tragédia contemporânea com pedaços vencidos de nossa história, cuja tragicidade consiste, precisamente, em estarem desconectados. Sua tapeçaria é, pois, amor, projetado na tela, sem pieguismo, com a virilidade de Saburo, a fraqueza trôpega do velho senhor agonizante, a solidão de Kyomi, a fidelidade de Tango, o humor de Fugimaki, a suavidade de Tsurunaru e Suê, a força de Kaede.

Em linhas gerais, o filme conserva o enredo da peça de Shakespeare. Hidetora Ichimonji (Lear), aos 80 anos, julga-se merecedor de uma trégua com a vida. Ao invés de guerrear e administrar propriedades, pretende desfrutar o tempo que lhe resta. Distribuindo seus três castelos entre os três filhos, transferindo a direção do clã ao mais velho, Hidetora pretende perpetuar-se nos descendentes e, ao mesmo tempo, aposentar-se de si mesmo. Ele se divide dessa maneira. De um lado, é o velho senhor feudal que tenta recolher-se no ócio e na incoerência, transferindo aos filhos todos os cuidados e propriedades que constituíram sua razão de ser. De outro lado, essa transferência deverá dividir-se entre Taro e Giro (Goneril e Regan) – considerando-se que Saburo (Cordélia) se exclui, desde o princípio, da relação espetacular que se processa entre seu pai e seus irmãos. A afirmação de si pelo poder e a posse implica na assimilação. O outro é ameaça, e deve ser consumido, apropriado, expolido, destruído ou amado. Essa última forma de confronto com a diferença do outro, contudo, Hidetora – como Lear com relação a Cordélia – somente a experimentou, de modo inconsciente, no filho amado Saburo. Como Lear, o velho senhor desloca-se perigosamente para fora dos limites que lhe permitem manter sua identidade e vai perambular entre os espaços de seus domínios, hóspede eventual de cada um dos três castelos.

Hidetora não percebe que as três flechas não podem manter-se unidas, que cada uma delas está apontada para as demais, visto que constituem, juntas, uma contradição insolúvel. O poder como afirmação da identidade não pode ser distribuído nem dividido, e é isto que Saburo tenta mostrar ao pai, tal como Cordélia a Lear. Em contrapartida, dividir a propriedade e manter indiviso o poder, transferindo-o ao filho mais velho, significa destituir dois terços dos bens de sua principal significação política, a de afirmação do poder, tornado-os meras posses. O herdeiro, que tem o poder desproporcionalmente além da posse, será ameaçado pelos que detêm posses equivalentes sem nenhum poder. Hidetora pretende dividir a posse, transferir a chefia ao mais velho e conservar

para si o título e a função: o que era a sua própria essência transforma-se em ornamento e aderência – uma bandeira e uma escolta –; a bandeira será disputada pelo filho a que foi destinado o poder, visto que ela é símbolo deste e por ele justificada. Pelo mesmo mecanismo de devoramento com que o dominador torna o dominado uma sombra de si mesmo, o pai se introjeta no filho mais velho através do poder; ao mesmo tempo, desloca-se da essência do outro filho que, até então, não passara de sua projeção e não fizera outra coisa senão obedecê-lo. A luta entre Taro e Giro é uma luta pela afirmação de si na disputa de uma identidade indivisa e que permanece paradoxalmente exterior ao combate, como evidencia a guerra entre os irmãos. Muito significativamente, o combate se processa no terceiro castelo, destinado a Saburo, o filho deserdado. É nesse castelo de ninguém que se refugia inacessível o pai, onde, portanto, não pode ser atingido. Hidetora assistirá, assombrado, a uma disputa da qual ele é a grande causa e a maior vítima. Quando Giro assassinar Taro e arrebanhar o exército vencido, misturando-o ao seu, a figura espectral de Hidetora descerá do castelo em chamas, sem bandeira e sem escolta, e tornará a dividir os dois exércitos, deixando vazio o olhar atônito do vencedor, para vaguear ao vento a débil aparência de si, transfigurada pelo terror.

O confronto familiar desenvolvido em Ran é mais concentrado que em “King Lear”. Shakespeare o elabora em dois cenários – a família real e a do Conde Gloucester –, nele introduzindo a questão da bastardia através da polaridade Edmundo/Edgar, sob vários aspectos independentes da polaridade Lear/filhas. Kurosawa assimila a bastardia à sua grande metáfora social do dominado que é Kaede. O bastardo é o que somente pode afirmar-se destruindo no outro a projeção da figura paterna que ele próprio, enquanto bastardo, não possui. Kaede vai mais longe na sua significação social. Ela alimentará a disputa entre os irmãos, porque representa o dominado que retornou à sua antiga terra como possuído e, não, como possuidor. O que ela pretende não é disputar a identidade paterna, mas recuperar a identidade do vencido na relação com a propriedade, redimindo, com a destruição do vencedor, a memória dos mortos que ainda impregna os aposentos espoliados. Aparentemente orgulhosa de dobrar diante de si, enquanto esposa de Taro, os joelhos das favoritas de Hidetora, Kaede, na verdade, busca outra coisa, e passa, laboriosamente, por todas as etapas de uma insidiosa destruição, das quais o amor é a última e a mais perfeita.



Dessa maneira, Kurosawa faz da relação familiar uma única trama, com implicações sociais intimamente ligadas à questão da propriedade e do poder. Taro e Giro se casaram com mulheres de domínios destruídos por Hidetora. Saburo, por sua vez, tem como pretendentes as filhas de dois senhores vizinhos. Seu casamento também dissolverá diferenças e unirá propriedades e, por isso, enquanto único filho solteiro de Hidetora, é disputado por Fujimaki e Ayabê. A relação entre o casamento e a convergência de domínios é ironizada na encenação do bobo, de forma sutil e irreverente, que só agrada a Saburo e a Fujimaki, únicos personagens que, além de Kyoami, cultivam o riso na obra de Kurosawa.

No clã, tem lugar a alquimia que reduz ao mesmo (Pai) tudo o que possa ameaçá-lo vindo do exterior. Dissolvência, indeterminação, caos: a imposição da identidade dissolve as diferenças, instaura a indeterminação do caos e impossibilita a união a partir da diferença amorosa. O amor unifica, o ódio separa. A unificação é fruto da diferença, a separação é fruto da dissolvência, nasce do caos e o produz. É neste sentido que o filme de Kurosawa é uma luta contra o caos e uma afirmação do poder do amor, e tematiza, numa relação arte/vida, o combate entre o amor e o ódio, tentando assimilar, na metáfora poética de um bailado de sangue, o horror da destruição. Como diz Hidetora, num mundo onde reina o furor, não há mais deuses; afirma-se é destruir-se; as razões supremas que presidem o curso de todas as coisas são indiferentes ao destino de um ser, que, por sua tragicidade imanente, se afirma dissolvendo-se.

Não obstante, Kurosawa, como Shakespeare, não se conforma com a efetividade do ódio, optando pelo poder de transformação do amor. Tanto em “King Lear” como em Ran, encontramos a afirmação do amor semente de liberdade. Uma liberdade que desafia o tempo, visto que Lear e Hidetora reaprendem a viver no limiar da morte. Começam do zero, a um passo do fim, como recém-nascidos. Ao contrário do primeiro nascimento, este segundo provoca o riso, na alegria antecipada do encontro a sós com o ser amado. Lear diz a Cordélia, então: “os dois sozinhos cantaremos como pássaros aprisionados”; “viveremos assim, de orações, de cânticos, a lembrar velhas histórias, a sorrir às douradas borboletas”. Tentaremos explicar o mistério das coisas, como se fôssemos enviados por Deus. Da mesma forma, sorriem inebriados de felicidade Hiderota e Saburo, na antevisão de uma intimidade a dois que jamais experimentaram, quando se dirão toda a sua verdade. Em ambas as tragédias, é o velho quase senil, cuja loucura é simultaneamente a esclerose e o preço da mudança, que deve elaborar uma revisão patética de todas as certezas de sua vida.

O auto-reconhecimento de Lear, em Shakespeare, acompanha o despojamento progressivo dos ornamentos: coroa, reinos, séquitos, poder. Reconhecer-se é desnudar-se, é ficar indefeso e só, em meio à tempestade. O

desnudamento desvela a pergunta essencial – que é o homem? –, visto que, sem os ornamentos, o homem parece igualar-se aos animais. Em Ran, esse despojamento progressivo se acompanha da máscara do estupor que se vai plasmando sobre o rosto de Hidetora e, assim, a pergunta sobre o homem não é feita conceitualmente, mas é gravada na carne de Hidetora, que repete, perdidamente, “quem sou eu?”, “onde estou?”.

No teatro grego, a aprendizagem pelo sofrimento, realizada pelo personagem trágico, se expressava na máscara. No teatro shakespeariano, o personagem é o grande ator, nunca se sabe o limite entre representar e ser e, assim, a máscara adquire a impermeabilidade da conduta social ou a dramaticidade exagerada que tenta romper com a dor a fixidez da simulação – de uma forma ou de outra, a máscara é o próprio rosto. Kurosawa recupera a máscara grega feita carne. No rosto de Hidetora se imprime o rosto do estupor, a compreensão enlouquecida, o estranhamento inaugurado no mundo que era pura semelhança. A máscara é o auto-reconhecimento na perda de si, vaguar sem rumo e sem resposta pelas ruínas esquecidas da alteridade. Mas é, também, descoberta do outro através da revelação de seu poder de ódio, visto que só através desse poder consegue o outro resistir ao olhar dissolvente do pai e imprimir neste olhar o reconhecimento amargo. Aristóteles, em sua análise da tragédia, considera o conhecimento um elemento essencial ao desenlace trágico. Em “King Lear”, Shakespeare reserva o reconhecimento para o encontro final de Lear e Cordélia. É então que Shakespeare, em meio à desilusão e amargura dos personagens sobreviventes, faz sua opção pelo amor. Os dois protagonistas, após uma dura aprendizagem pelo sofrimento, adquirida a consciência dos equívocos irreparáveis cometidos, estão prontos para recomeçar. Então, a proximidade do amor e da morte compõe o fundo trágico em que dois seres humanos projetam um futuro cheio de possíveis. Quanto mais brutal é a morte de Cordélia, tão mais intenso o recuperá-la por Lear, visto que a revelação amorosa é urgente e incontornável, em sua urgência está a urdidura da morte.

Talvez a solenidade desse reconhecimento tenha levado Shakespeare a economizá-lo, reservando-o para o fim, direcionando a estória para a sua preparação. A força do confronto amoroso é, dessa maneira, cuidadosamente preparada pelo despojamento progressivo de Lear, que se desprende, não apenas de posse e títulos, mas também de vínculos ilusórios e abstratos, como

“amor filial”, “direto de hospitalidade”, “gratidão”, “dever do coração”, “dignidade adquirida”. Até o encontro final com Cordélia, o reconhecimento é uma trajetória cheia de equívocos e de surpresas, marcada pela revelação da condição universal do homem, como na cena de Lear em meio à tempestade. No casebre, o louco seminu, supostamente inconsciente de sua miséria, não é reconhecido por Lear como Edgar. O velho senhor ainda não está preparado para um confronto personalizado. Trata-se, então, do reconhecimento da debilidade humana estampada no outro, e o monólogo de Lear é a preparação conceitual do reencontro com Cordélia.

Kurosawa recria a cena de Lear com Edgar no belo confronto de Hidetora com Tsurumaru, a quem poupou em criança furando os olhos, cuja família destruiu e em cujo castelo em ruínas (castelo do outro) improvisa-se sua última e anônima moradia. Ao contrário da ocidental reflexão sobre a condição humana, temos o confronto singularizado a cobrar de Hidetora a consciência do bem e do mal. Como esta, no filme de Kurosawa, as cenas de reconhecimento são obsessivamente elaboradas, porque seu poder de significação não se expressa em conceitos, mas em imagens e em situações. Nelas, o filme revela sua orientalidade, falando através da música e silêncio, repousando numa emoção existencial tão intensa que emudece as palavras? À pergunta de Lear – “que é o homem?” –, pergunta que o teatro grego já buscara no oráculo de Delfos e no enigma da Esfinge, Kurosawa responde com a força patética de seus cenários, com a mudez da surpresa que somente a beleza consegue traduzir. Há alguns séculos da tragédia de Shakespeare, Kurosawa responde à sua pergunta no estilo oriental, acrescido de outra aprendizagem trágica: a de nossa caminhada história desde então, em que a beleza luta sem glória contra o ódio, até os impasses que hoje afetam indiscriminadamente Oriente e Ocidente.

Mas as verdades contidas nos cenários de Kurosawa podem também traduzir-se conceitualmente, o que nada acrescenta à sua inteireza poética, mas ajuda-nos a captar seu poder de significação por imagens: perdidos todos os ornamentos, o homem é o ser que chora; é o ser que sorri quando ama; que expressa sua dor em música para oferecer a “hospitalidade do coração”. É o ser que aprende a amar quando aceita seu poder de odiar. É quem faz os deuses chorarem, escolhendo a guerra em vez da paz; mas é também o que acredita em Buda para aprender a amar. O homem se define pelo supérfluo que vem de dentro, e que é o mais essencial na improvisação do sentimento. Ser diminuto, através da arte se torna proporcional à majestosa escala da natureza. O homem, enfim, é um cego à beira do abismo, no crepúsculo, engolfado na vermelha claridade do ocaso, insignificante e integrado no todo.



Psicólogos da área de Recursos Humanos precisam registrar-se no Conselho Regional de Administração?

Vários psicólogos têm buscado orientação no CRP/04, com dúvidas acerca da aplicação de multas pelos Conselhos Regionais de Administração a psicólogos que atuam profissionalmente com recrutamento, seleção, treinamento e consultoria na área de Recursos Humanos. Tal dúvida se deve a alegação dos Conselhos de Administração de que tais atividades são função privativa de administrador. A questão a ser respondida, então, diz respeito ao cabimento, ou não da aplicação das mencionadas multas.

A Lei nº 4.119/62 disciplina a profissão do psicólogo e, em seu artigo 13, § 1º, alínea “b”, fixa como função privativa deste profissional “a utilização de métodos e técnicas psicológicas” com o objetivo, dentre outros, de “orientação e seleção profissional”.

Assim, uma vez inscrito no Conselho de Psicologia, pode o psicólogo exercer atividades relacionadas a recrutamento, seleção, treinamento e consultoria em Recursos Humanos.

Mais que isso. Só o psicólogo pode assim atuar, se tal atuação requer a utilização de métodos e técnicas psicológicas. Nenhum outro profissional pode fazê-lo.

A Lei nº 4.769/65, por outro lado, disciplinando a profissão de administrador, prevê em seu artigo 2º, alínea “b”, que a atividade profissional de administrador será exercida mediante, dentre outros, a pesquisa, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos da Administração, com administração e seleção de pessoal”.

Entretanto, o exercício permitido ao administrador não se confunde com aquele autorizado ao psicólogo. Repita-se: somente a esse profissional é dada a função de utilizar métodos e técnicas psicológicas com objetivo de orientação e seleção profissional.

Cabe a cada Conselho profissional fiscalizar a atividade de seus profissionais, exclusivamente.

Como foi dito anteriormente, cabe ao psicólogo aplicar métodos e técnicas psicológicas para orientação e seleção profissional. Se sua atuação, no entanto, avançar sobre o terreno que a lei diz ser atividade específica de administrador, tem-se como hipótese virem os Conselhos de Administração denunciar a atividade irregular, devendo o referido Conselho agir por meios

adequados de denúncia, inclusive com representações relativas ao exercício ilegal da profissão. Não se admite, no entanto, vir o Conselho dos Administradores aplicar multas a profissionais que não estão sob os olhos de sua fiscalização.

Com base na legislação vigente torna-se, pois, descabida a imposição de multa por parte dos Conselhos de Administração a psicólogos. Esses Conselhos só podem aplicar multas ou quaisquer outras penalidades a quem lhe é efetivamente filiado, não sendo o caso, portanto, do psicólogo.

Portanto, a prestação de serviços de Psicologia na área de Recursos Humanos não obriga os psicólogos ou empresas já inscritas no CRP a nenhuma outra inscrição em Conselho. A exigência, de acordo com a Lei 6.839, de 30 de outubro de 1980, é de que as pessoas jurídicas se inscrevam no Conselho profissional da categoria respectiva.

Ainda que a legislação seja clara, foi necessário ao Conselho Federal de Psicologia, emitir a Resolução Nº 008/98, na qual determina em seu artigo 1º:

“o psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia e que exerça as suas atribuições profissionais na área de Recursos Humanos não está obrigado a inscrever-se ou contribuir para o Conselho Regional de Administração.”

A mesma resolução prevê ainda que “o Conselho Regional de Psicologia fornecerá a orientação jurídica para os psicólogos autuados ou multados” por aquele Conselho. Isso foi assim normatizado por que, irregularmente, alguns CRAs insistiam em cobrar, ou tentar autuar psicólogos em exercício profissional na área de Recursos Humanos.

CONSELHOS DE TERAPIA

A partir de consultas e pedidos de orientação sobre o Conselho Federal de Terapia e o Conselho Regional de Terapia, gostaríamos de dar alguns esclarecimentos.

Inicialmente, e nunca é demais repetir esse ponto, a profissão de psicólogo é uma profissão regulamentada por Lei Federal (a 4.119 de 27 de agosto de 1962) e os Conselhos de Psicologia, tanto o Federal quanto os Regionais, também são instituições criadas por Lei (a 5.766 de 20 de dezembro de 1971), que fixa a função dessas entidades, qual seja: “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios éticos e disciplina da classe” e “contribuir para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão”.

Portanto, nosso Conselho é uma instituição com toda uma trajetória histórica, legalmente instituída e reconhecida. Tais elementos são fundamentais para qualquer entidade que se postule no direito reconhecido de se intitular: “Conselho de orientação e fiscalização de profissão regulamentada.”

Atualmente estamos às voltas com pessoas que, em anúncios em jornais ou outros meios de comunicação, se apresentam como terapeutas profissionais, inclusive se dizendo registradas no “Conselho Federal de Terapia” ou “Conselho Regional de Terapia”. Ou, ainda, com anúncios, por exemplo, de cursos reconhecidos por esses supostos Conselhos. Porém, trata-se de uma informação enganosa, pois não existem tais conselhos.

No dia 25 de março de 1996, o Diário Oficial da União publicou uma nota que, com base na análise do Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, afirma que os conselhos de terapias **não** são entidades reconhecidas por Lei e nem pelas autoridades competentes e, portanto, legalmente **não** existem, e seus atos não têm efeito legal. Assim, qualquer pessoa que se utilize das siglas CFT ou CRT como identidade profissional, ou de um parecer ou documento dessas entidades, que o autorizem a oferecer um curso, estão incorrendo em **crime**, podendo responder judicialmente por seus atos.

Ao Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região, cabe o encaminhamento de tais casos para o Ministério Público, pois é lá que casos como esses (falsidade ideológica, estelionato e outros) são apurados. O que, aliás, pode ser feito por qualquer cidadão. Não é apenas o CRP-04 que tem o direito e dever de fazer tais denúncias ao Ministério Público, essa é uma prerrogativa de todos nós, cidadãos brasileiros.

A lembrança de que a lei nos garante o direito de exercermos nossa profissão também evoca o fato de que esse direito nos coloca diante de um imperativo ético de esclarecer o equívoco dos “conselhos de terapia”, sendo nosso dever, como psicólogos, divulgar e esclarecer essa situação para o público em geral.





ENCONTRO DISCUTE AS RELAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E UNIVERSIDADE

O Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região – (MG-ES), juntamente com o Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica (UFMG), Curso de Mestrado em Psicologia da UFMG e Conselho Federal de Psicologia patrocinaram, nos dias 15, 16 e 17 de abril, passado o I Encontro Nacional sobre Psicanálise e Universidade realizado na Faculdade de Filosofia da UFMG. A palestra de abertura foi proferida pelo Prof. Paulo de Carvalho Ribeiro e, além de uma presença maciça de estudantes e profissionais que lotaram o auditório, contou com a presença da vice-reitora da UFMG, Prof. Ana Lúcia Gazolla, representantes do CRP, Francisco Viana e do CFP, Ricardo Moretzsohn na abertura dos trabalhos. A palestra apontou para a frutífera aproximação da teoria inventada por Freud das ciências que costumeiramente estão sob debate nos *campi* universitários.

Nos dias seguintes – 16 e 17 – foram debatidos e discutidos, sob a forma de mesas-redondas, as relações entre a psicanálise e as artes (literatura e cinema). Participaram desta mesa a Prof. Ana Cecília Carvalho (UFMG) – *Psicanálise e Literatura: Os fracassos da sublimação*; Prof. Benilton Bezerra Junior (UEJR) – *A construção narrativa da experiência subjetiva*; Prof. Liliâne Seide Froemming (UFRS) – *Psicanálise e cinema: associação livre e montagem* e Ruth Silviano Brandão (UFMG) – *A casa escrita da psicanálise*. A mesa que debateu o tema psicanálise e ciência teve a participação de Francisco Leonel F. Fernandes (UFF) – *Psicanálise e mestria*; Prof. Gilson Ianinni (UFMG) – *O desconforto epistemológico da psicanálise*; Prof. Luis Flávio Couto (UFMG) – *A psicanálise e a reformulação do conceito de ciência* e Prof. Renato Mezan (PUC-SP) – *Psicanálise e racionalidade*. A mesa do dia 17 discutiu psicanálise e filosofia e seus membros foram Prof. Carlos Drawin (UFMG) – *Psicanálise e modernidade*; Prof. Eduardo Dias Gontijo (UFMG) – *Felix aude!*; Prof. Frederico Feu de Carvalho (FUMEC) – *O fim da cadeia de razões: Freud e Wittgenstein* e Prof. Luiz Cláudio Figueiredo (PUC-SP) – *Psicanálise e filosofia: usos e abusos*. A quarta mesa debateu o tema Psicanálise e Psicopatologia e seus membros foram o Prof. Antônio Teixeira (UFMG) – *A miragem da compreensão*; Prof. Maria Teresa Carvalho (UFMG) – *A psicanálise diante da “síndrome da falsa memória”*; Prof. Riva S. Schwartzman (UFMG) – *Psicanálise e psicopatologia: dois tempos* e Prof. Mário Eduardo Costa Pereira (UNICAMP) – *O DSM4 e o objeto psicopatológico: uma análise crítica*.

A coordenação do evento formada pelos professores Lúcio Roberto Marzagão, Jeferson Machado Pinto, Paulo de Carvalho Ribeiro e Riva Satosvschi Schwartzman, considerando a repercussão da iniciativa, anunciou o próximo encontro para o mês de abril do próximo ano. Ao mesmo tempo, no encerramento do Encontro, anunciou ainda a instituição do prêmio monográfico alusivo aos 60 anos da morte de Sigmund Freud, que será comemorado durante o mês de setembro do corrente ano. Qualquer estudante de psicologia poderá concorrer ao prêmio, cujo regulamento será divulgado nos próximos dias, e informações poderão ser obtidas pelo telefone 499-5021, Secretaria do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da UFMG.

DROGAS: redução de danos

“As drogas em si não são boas ou más...”

Às vésperas do final do milênio, os danos e prazeres para indivíduos sociais, advindos do consumo ou da demanda pelas drogas, ainda são mal compreendidos e freqüentemente abordados de forma contraditória. Segundo o médico sanitário Marcelo Araújo Campos, essa discussão, já difícil, é agravada considerando-se o contexto contemporâneo de crise econômica, marginalidade, epidemias de doenças infecciosas entre usuários de drogas injetáveis e seus parceiros. “O papel do psicólogo é fundamental no sentido de tentar destrinchar, através do conhecimento e do senso crítico, essa relação mórbida que foi construída com o psicoativo, construindo uma abordagem mais lúcida e resolutive”, explica Campos.

A proposta da Redução de Danos não exclui outras alternativas para lidar com usuários de drogas. Ela visa recuperar a cidadania desse grupo estigmatizado – os usuários de drogas se inserem num contexto de ilegalidade, marginalidade e exclusão – bem como de sua rede de interação social.

É preciso ressaltar que os adeptos à redução de danos não pleiteiam a abstinência nem a “guerra” contra as drogas. “Nosso objetivo é tentar compreender quais são os danos causados pelo uso ou abuso da droga e criar estratégias de aproximação com os usuários”, diz Campos. Uma maneira de cativar o usuário é oferecer a ele alternativas factíveis como, por exemplo, a troca de seringas e não propor o abandono imediato que, provavelmente, provocaria um sentimento de fracasso. Campos ataca com argumento de que as campanhas de troca e distribuição de seringas sejam incentivadoras: “quem faz uso de drogas injetáveis irá se injetar com o que tiver nas mãos. Não é a disponibilidade de seringas que gera o uso ou abuso”.

Campos defende que as drogas em si não são boas ou más, tudo irá depender da relação que se estabelece com elas. “Há padrões de uso de drogas que são não só não danosos como são até saudáveis”, e exemplifica “uma dose de cachaça após o almoço faz bem”.

O fato é que preconceito existe com as drogas ilícitas. “Por que a cerveja é uma paixão nacional e a maconha não pode ser? É extremamente hipócrita que algumas drogas sejam intoleráveis e outras admitidas, e até incentivadas. Por outro lado, não estou falando de liberação geral, e sim de que toda droga deve ser regulamentada”, avalia.

Será realizado nos dias 16, 17 e 18 de setembro, em Belo Horizonte, o Fórum *Drogas: um fenômeno social?* (evento realizado pela Clínica Ammor - Atendimento Médico aos Meninos de Rua/ Programa para Infância Desfavorecida no Meio Urbano/ PIDMU - União Européia e pelo Unicentro Newton Paiva), com o objetivo de ampliar e fomentar debates para compreensão do fenômeno das drogas lícitas e ilícitas, seu impacto na sociedade e as estratégias de sua abordagem. O Fórum pretende ainda discutir os objetivos e conteúdos ideológicos das reações sociais e institucionais a esse fenômeno, avaliar formatos e pertinência de programas preventivos, debater modelos de lidar com usuários, do modelo terapêutico à proposta de redução de danos, e ainda fazer uma análise do fenômeno drogas, sua amplitude e interfaces antropológicas e sociais.

Para maiores informações sobre o Fórum, ligue para: CAE - Unicentro Newton Paiva, (031) 412-3205 ou Clínica Ammor, (031) 444-3877 e 373-8203.





Trabalho voluntário

SIM

O psicólogo é um profissional liberal capacitado por uma educação superior, para prestar serviços qualificados no âmbito privado de um gabinete (consultório ou escritório). Tem condições de fazê-lo como autônomo, sem ter necessariamente algum vínculo empregatício. É um profissional de atendimento direto ao cliente, com habilitação para agir especializadamente perante determinados problemas específicos. Por essa razão, muitas vezes é quem está mais preparado para detectar, dentro de sua área, as questões problemáticas que afetam à comunidade.

Foi por essa capacidade dos profissionais em perceber os problemas, que surgiram no início da década de noventa certos projetos sociais: diferentes grupos de profissionais liberais (psicólogos, dentistas, advogados, etc.), sem saber “os uns dos outros”, dispunham-se, por livre e própria vontade, a oferecer parcelas do seu tempo para atender, gratuitamente, a diversas necessidades da população. A novidade dessas intervenções residia na *agrupação voluntária de vários profissionais* de uma mesma área (dado que a presença de indivíduos isolados, atuando profissionalmente dentro de projetos mais amplos, já provém de muito tempo atrás). Com os novos empreendimentos, a somatória de mínimas parcelas de tempo profissional oferecidas por cada um veio configurar um grande potencial de atendimento.

Os profissionais voluntários, que criam e participam dos projetos, não têm a ingenuidade de supor que vão resolver todos os problemas aos quais atendem. Porém, para muito além do benefício concreto dos atendimentos proporcionados à comunidade, uma das conseqüências mais importantes da implementação desses projetos é que vêm *lançando luz sobre a existência* de problemas no âmago social, sobre a *necessidade de contemplá-los* e sobre a concreta possibilidade de *participação dos profissionais capazes de atendê-los*. Dar a devida *visibilidade* aos problemas existentes, pela qual os profissionais levam de fato o mérito, constitui, portanto, um dos desdobramentos fundamentais dessas iniciativas. Elas atendem a uma *demandada claramente declarada* e proporcionam um serviço ao qual a população alvo não teria acesso de outra forma. A partir disso, possibilita-se o aparecimento de diversas formas de resolver as mesmas questões, para muito além do trabalho profissional específico.

No Brasil, os programas de voluntários estão, na sua maioria, estreitamente vinculados à organização da sociedade civil e à participação cidadã, como parte dos processos de re-democratização recentes. Isso implica no reconhecimento, por parte da sociedade civil, de um leque de problemáticas, as quais ou o Estado não tem ainda condições de enfrentar, ou não são atribuições do Estado e sim da comunidade. No entanto, a consciência dessas necessidades pode – como de fato vem acontecendo em inúmeros

casos - fazer nascer parcerias entre o Estado e a sociedade para propiciar soluções.

A espontaneidade da organização dessas iniciativas, por parte dos profissionais, fala por si mesma: a vontade e a necessidade de criar e de participar em projetos sociais que beneficiem à comunidade existe em larga escala entre os que estão preparados para intervir, precisando apenas de algumas condições institucionais para sua realização. Os projetos já existentes colocaram em evidência que o benefício que provém dessa tarefa é igualmente gratificante para o público, que recebe o atendimento, e para os profissionais que o proporcionam. As características dos projetos de voluntariado os tornam interessantes desde o ponto de vista da relação “custo/benefício”. Tendo em vista o atendimento especializado a largos setores de população, o custo organizacional de um projeto desse tipo é consideravelmente reduzido.

Esse foi o caso do “Banco de Horas”, setor do IDAC (Instituto de Ação Cultural), uma organização não governamental de longa trajetória. O “Banco de Horas” é o primeiro projeto no Brasil que *proporciona, gratuitamente, psicoterapias por profissionais de saúde mental (psicoterapeutas de formação psicológica ou médica) nos seus consultórios privados*. Destina-se ao atendimento de pessoas vivendo com HIV/Aids e seus próximos – familiares e parceiros. Contempla as necessidades dessa população de receber adequado atendimento para suas questões subjetivas. No mesmo sentido, oferece assessoramento para os profissionais de assistência direta a essa população (médicos, advogados, assistentes sociais, etc.). Proporciona aos profissionais de saúde mental, interessados em trabalhar neste campo, uma oportunidade institucionalmente organizada de contribuir para o combate de uma situação social de gravidade.

Nascido em 1993, por iniciativa de uma psicoterapeuta, o Banco de Horas começou a funcionar contando no início com 40 psicoterapeutas inscritos, de diversas linhas terapêuticas. A proposta foi, desde o início, a de oferecer *psicoterapias de longo prazo* – não um breve “apoio psicológico” – nos mesmo moldes dos habituais atendimentos privados. Também, o Banco de Horas teve desde o início a inclusão espontânea de fisioterapeutas e de psiquiatras.

Desde 1995, o Banco de Horas recebeu o patrocínio da Coordenação Nacional de Aids do Ministério da Saúde. Durante 1997 e 1998, também o da Fundação Kellogg.

Atualmente, conta com cerca de 200 profissionais participando do projeto, com um crescimento ainda constante. A estrutura do projeto, tal como está organizado, permite uma ampliação praticamente ilimitada.

O Banco de Horas organiza para seus membros freqüentes seminários de atualização em temas (de medicina, direito, antropologia, sociologia, etc) relativos à epidemia, assim como reuniões de grupos de estudo de “a clínica da aids e a Aids na clínica”, com a participação de destacados profissionais de Saúde Mental, do mesmo modo voluntária. As atividades do Banco de Horas contemplam também a pesquisa de temas relativos à Aids, a realização de eventos tanto para os profissionais inscritos como para o público geral, e a freqüente produção de publicações pertinentes. Isto faz da participação de cada profissional uma forma que tem de capacitar-se em um tema ainda ausente nos meios acadêmicos. A especialização torna-se, assim, um retorno importante, proporcionando uma gratificação extra para os psicoterapeutas e um motivo a mais para participar.

O fato de estar institucionalmente organizado, torna a adesão dos voluntários equivalente, em muitos sentidos, a de estar trabalhando em um hospital público. O que possibilita também o manejo clínico das situações transferenciais, em que a bonificação do atendimento não se traduz em dinheiro, e sim em benefícios decorrentes da participação institucional.

Acreditamos que esse voluntariado, especificamente de psicólogos, tem um enorme potencial de desenvolvimento. Ele produz, na nossa experiência de um projeto que já leva seis anos de funcionamento e continua crescendo, um enriquecimento para os profissionais que o integram por: a) participar no combate a um problema social de expressiva gravidade; b) encontrar um espaço de interlocução e troca, para além das sociedades de formação; c) conseguir um aumento de informação/formação em temáticas que não são apresentadas nos meios acadêmicos; e d) por último, mas não menos importante, a satisfação de colaborar com a qualidade de vida dos seus pacientes, em especial.

A própria existência do projeto, por sua vez, causou um impacto no meio psicoterapêutico e psicanalítico: muitas organizações da classe começaram a considerar o tema da Aids explicitamente dentro dos seus âmbitos, com reuniões específicas para consideração do problema, e outros eventos semelhantes.

Essa experiência inovadora de voluntariado de profissionais permitiu sistematizar um formato específico, sem dúvida aplicável a outras profissões dentro da temática da Aids (bancos de advogados, dentistas, dermatologistas, etc.), assim como à participação de psicólogos abordando temáticas diferentes da Aids (câncer, violência etc.).

Carmen Felicitas Lent é psicóloga, CRP05-1955; membro da Comissão Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde; coordenadora executiva do Banco de Horas, com a coordenação adjunta de Alexandre do Valle, psicólogo, CRP05-19920.



Não

Opinar contra ou simplesmente contestar o trabalho voluntário, seja ele qual for, seria bizarro. Pois logo de saída, podemos afirmar que o gesto voluntário traz benefícios, a um só tempo, ao autor do gesto e a quem recebe seu “presente” ou seus serviços. Afinal, toda forma de filantropia proporciona um retorno apreciável – gratificação simbólica, afetiva, institucional – ao “doador”. De quebra, ela pode nos livrar, quem sabe?, da “era do vazio” típica do individualismo contemporâneo; pode reintegrar provisoriamente pessoas “isoladas”, como o aposentado condenado ao tédio doméstico; o deficiente físico, estigmatizado pelo “mercado”, que só quer força de trabalho “eficiente”; o desempregado, o idoso etc. Dizer que trabalho voluntário também ameniza nossa culpa é pouco correto: culpa é um fenômeno estrutural que sempre carregaremos, em suas vertentes psíquica, existencial ou social, não importa o adjetivo que lhe dermos.

Além disso, quem trabalha voluntariamente pode estar mais perto do trabalho livre e criador. Faz com mais paixão aquilo que escolhe, naquilo em que investe. E quase sempre tem o seu bom troco. Com efeito, a generosidade – tomemos o termo na ótica do “Ensaio sobre a Dádiva”, de Marcel Mauss –, nada mais é que uma forma primitiva de trocas. Mauss esboça, neste texto, uma “arqueologia” das transações humanas: não há cultura alguma desprovida desse fenômeno chamado mercado. No entanto, o sistema de trocas que ele identificou nas sociedades arcaicas passa longe da pura lógica utilitária e expropriadora do capitalismo. Ele nos fala de um funcionamento social fundado no jogo do dar, receber e retribuir. Com um detalhe: esse sistema é formalmente híbrido, pois a “dádiva” é, a um só tempo, livre e obrigatória. A propósito: o avaro dificilmente aceitará tal lógica, aparentemente paradoxal, pois a experiência da generosidade lhe escapa.

Primeira conclusão: desvincular o trabalho voluntário de uma ação puramente altruísta e desinteressada não é tirar-lhe o mérito. É, antes, tirar-lhe o discurso demagógico, se não hipócrita. Carmen Lent nos mostra os diversos benefícios – imediatos, de médio e longo prazo – dos profissionais que aderiram ao Banco de Horas, no apoio aos aidiéticos. Reconhecer tais ganhos é a primeira virtude na concepção desse projeto, que só pode causar nossa admiração.

Passemos a outro ponto: a questão do voluntariado nos leva a pensar sobre um complexo conjunto de práticas sociais, onde se misturam as chamadas ações humanitárias, emergencial ou institucionalizada, a caridade-esmola, enfim, toda sorte de filantropia. São muitas, às vezes curiosas, as formas de adesão a tais práticas. Tanto na esfera privada como na pública, poderíamos evocar uma vasta tipologia da “generosidade”. Em todo o mundo pipocam as instituições de caridade, as organizações governamentais e não-governamentais. Projetos ou instituições de apoio à educação, à saúde, contra a miséria, levam nomes como os de Madre Tereza de Calcutá, Lady Di, Ayrton Senna, além dos caridosíssimos Bill Gates

(Microsoft) ou George Soros (ex-patrão de Armínio Fraga).

Uma observação: nessas instituições pode estar incluído o trabalho voluntário. Mas é importante distinguir esse trabalho, ou seja, uma *prestação de serviço* a alguém, a um grupo ou comunidade, da pura *prestação monetária*. Pois aqui se abre um extenso leque entre a prestação genuinamente generosa (não duvidemos dela, mesmo que o gesto generoso não seja sinônimo de pura gratuidade) e a genuinamente utilitária. Assim, nos Estados Unidos, as doações caritativas têm muito a ver com o sistema tributário: nas declarações de imposto de renda, as deduções com a filantropia valem a pena. A imprensa nos fala que, em 1997, ali foram arrecadados, em nome da ajuda humanitária, US\$ 115 bilhões, quase 20% do PIB brasileiro.

O que está em discussão aqui é: no espetáculo internacional da filantropia, não fiquemos à espera de um “humanismo” metafísico ou despolitizado. Por outro lado, seria ingênuo querer contestá-lo como puramente interesseiro. Pois ele é as duas coisas, está além (ou aquém) do bem e do mal. Ele é mistura.

Aliás, o trabalho dito humanitário data de pelo menos dois séculos. E surge dessa mistura. Com efeito, foi a revolução francesa que rejeitou a idéia da caridade-esmola, alimentada pela monarquia e pela igreja, fazendo-a renascer como virtude leiga. A idéia laicizada de generosidade torna-se – justamente um princípio de ação política, incluindo-se aí revolução. A igualdade seria um dos pilares da democracia nascente. No entanto, essa mesma revolução geraria o Terror –, regime esse que, em 1793, expulsaria alguns aristocratas franceses da ilha de São Domingos, hoje Haiti. Pois bem, esses aristocratas, então perseguidos políticos, são recebidos, justamente na América, como os primeiros refugiados modernos.

Dissemos: nem Bem nem Mal. A força viva da revolução francesa se perverte, em dado momento, embora ela seja o marco da modernidade, do nascimento da democracia. E os americanos inauguram a filantropia contemporânea. Em meio a isso, a esmola continua solta enquanto forma de dominação, enquanto suprime algo fundamental que é a troca: um só dá, outro só recebe. Ela perpetua um regime definido de *desigualdade* entre o “senhor-doador” e o “escravo-ganhador” que nunca pode retribuir, ficando com uma dívida eterna e impagável (dívida do mendigo ou do Terceiro Mundo).

Nem Bem nem Mal: pois se as práticas caritativas perversas nunca desapareceram, parte significativa das atuais “ações solidárias” leva a

marca da chamada “ação cidadã”, algo distinto da pura esmola.

Afinal, onde haveria algum mal-estar em relação à filantropia, na qual se inclui o trabalho voluntário? O problema não são os voluntários, nem só as instituições que os abrigam. É verdade que, nos bastidores da filantropia, a “guerra quente” entre governos e organismos “humanitários” – ou entre os próprios organismos – para arrematamento de fundos, ou para vender uma imagem de marketing, é mais importante que os “sem-pão” e os “sem-destino” do planeta, em nomes dos quais tudo deveria ser feito. Outra coisa: uma caridade daquele tamanho (US\$115 bilhões) dirigida em boa parte ao Terceiro Mundo, que os EUA se credenciam ser o grande guardião do planeta, a endividar cada vez mais os países emergentes, a concentrar o emprego em seu território, a despejar milhares de bombas nos Bálcãs.

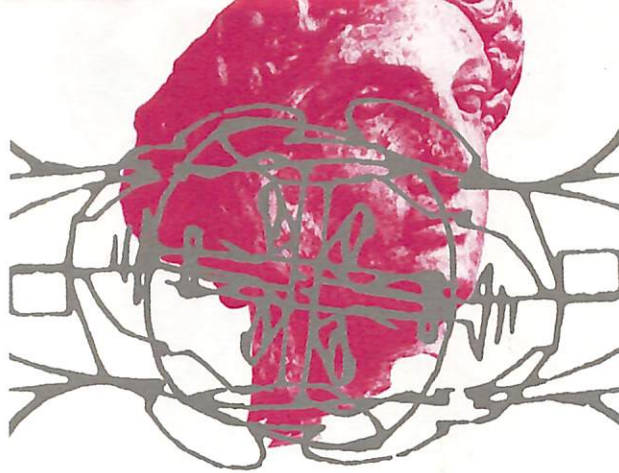
Em resumo: todo sofrimento que os países ricos e os mega-investidores (Gates, Soros, Ted Turner) desejam “suavizar” nasce precisamente dos problemas que eles ajudaram a produzir. A miséria material e espiritual fica fora das operações da bolsa, das privatizações, das fusões entre empresas. Ou melhor: é o todo-poderoso mercado, hoje neoliberal, que produz a miséria e reproduz a filantropia. Parece piada, mas não é: os países ricos não poderiam acolher os milhares de refugiados kosovares ou enviar-lhes alimentos e remédios (formalmente, isso é ação humanitária), se a OTAN não os brindasse com tantos bombardeios. Em resumo: a mão “solidária” que abriga os perseguidos é a mesma que erra os alvos e apressa a “limpeza étnica” da região.

E no Brasil, o que se passa? Temos diversos programas que envolvem parcerias de organizações civis com o governo e outras que são implantadas pelo governo. Ora, o mínimo que seria razoável imaginar é que as ações governamentais (comunidade solidária, cestas básicas) fossem coerentes com uma política social do mesmo governo. Seu modelo atual mostra mesmo é um “generoso” retrocesso das políticas sociais, com a produção calada, mas intensa, de medidas provisórias que solapam, pouco a pouco, as conquistas sociais dos cidadãos, especialmente as previdenciárias e trabalhistas. E qual o futuro para a educação, a ciência ou o progresso, num governo que literalmente castra sua própria política de pesquisa científica?

Finalmente: mesmo se admitirmos uma complexidade de problemas que o Estado sozinho não teria condições de enfrentar, ou aludirmos a projetos que “não são atribuições do Estado e sim da comunidade” (afirmação esta no mínimo polêmica), talvez seja preciso, em primeiro lugar, cobrar do “Estado dos banqueiros” aquilo que ele pode e deve fazer pelos seus cidadãos, e não está fazendo. Do contrário, podemos nos entregar ao trabalho voluntário movidos apenas pela compaixão com os excluídos. Que ele seja movido também pela indignação.

José Newton Garcia é psicólogo e professor da Fafich - UFMG e da Puc - MG.

NW



Avaliação Psicológica: questões éticas

Quando a profissão do psicólogo foi regulamentada no Brasil, em 1962, a utilização dos testes psicológicos, em Avaliações Psicológicas, foi garantida por lei como função privativa do psicólogo, embora haja aplicações indevidas feitas por profissionais não habilitados. Desde então, essa atividade é controversa e, nos últimos anos, tem sofrido grande descrédito tendo a sua prática encontrado algumas dificuldades. Entretanto, é preciso reconhecer que, quando os testes psicológicos são usados de maneira adequada, constituem um instrumento valioso nas mãos de um profissional competente. É importante ressaltar que os testes funcionam como instrumentos de auxílio e não devem ser utilizados como única fonte de avaliação; outras estratégias também devem ser utilizadas, entre elas, as entrevistas e as dinâmicas de grupo.

Várias são as áreas da Psicologia que podem se beneficiar da Avaliação Psicológica: a psicologia jurídica ou pericial, a psicologia criminal, os Recursos Humanos das empresas ou a psicologia organizacional (na seleção de funcionários para determinado cargo), a psicologia do trânsito, a psicologia clínica, psicologia escolar ou educacional, a orientação vocacional, entre outras.

As críticas à avaliação decorrem do uso inadequado e incorreto dos testes feitos por profissionais despreparados que conseqüentemente culminarão em resultados prejudiciais para as pessoas avaliadas.

Em função do surgimento de recursos judiciais contra a Avaliação Psicológica em concursos públicos, e a crescente solicitação de juízes ao CRP, para se pronunciar a respeito da validade das técnicas usadas nos testes e do processo de avaliação psicológica, a doutora em psicologia e professora da USP Irai Cristina Boccato Alves destaca a necessidade de que o CRP disponha de critérios para a defesa da avaliação psicológica e estabeleça normas nas quais os psicólogos possam se pautar para realizar esse trabalho. Boccato ainda alerta que, ao fazer uma avaliação através de testes, o psicólogo precisa não só saber aplicar e avaliar o instrumento, como precisa conhecê-lo profundamente, além de utilizar o material padronizado na aplicação. Caso contrário, materiais improvisados e de qualidade inferior poderão interferir nos resultados. Aliás, convém enfatizar que a reprodução não autorizada de testes consiste em um procedimento ilegal. É igualmente importante conhecer a fundamentação teórica e os parâmetros psicométricos do teste, isto é, a validade, a fidedignidade e a precisão. “Todo teste está vinculado à teoria. Não se pode pegar um teste e corrigi-lo com um referencial teórico diferente”, explica a doutora em psicologia e

professora Alzira Schueller Barboza Pereira da Silva. E acrescenta: “o profissional deve usar apenas as técnicas que conhece bem, tanto as teorias psicológicas como os testes possuem limitações que devem ser claramente conhecidas pelo profissional que as utiliza”.

Outra questão ética que vem sendo discutida é referente ao laudo psicológico e à entrevista de devolução. O psicólogo tem a obrigação de fornecer cópias do laudo psicológico e testes utilizados para avaliação de acadêmicos, quando solicitados pelo interessado. De acordo com a Constituição de 1988 e com o Código de Defesa do Consumidor, todo cidadão tem direito às informações que lhe dizem respeito. Segundo a psicóloga e professora Paula Vaz, a pessoa que se submeteu ao teste deve receber uma interpretação dos resultados obtidos, numa linguagem acessível e sem termos técnicos. “A devolução deve ser feita verbalmente e a linguagem deve se adequar ao sujeito. Mesmo a criança que se submeteu ao teste tem o direito de conhecer os resultados. A devolução psicológica não vai somente apontar as falhas, dificuldades, conflitos e patologias. Ela não é um ato destrutivo, pelo contrário”, explica Vaz. É importante garantir, também, a qualidade do serviço prestado bem como dos instrumentos que o psicólogo utiliza.

Outro fator que contribui para uma oposição aos testes psicológicos é o número reduzido de instrumentos traduzidos e adaptados para o contexto brasileiro. Aplicar um teste inadequado invalida todas as conclusões tiradas a partir das avaliações, daí a necessidade de verificar a precisão e as normas para a população brasileira.

Para a especialista em Psicometria e professora Wilma Maria Guimarães Lopes, o uso inadequado das técnicas de exame é conseqüência de uma má formação profissional. Segundo Lopes, há falhas nos cursos de formação e não se privilegia muito a área de avaliação psicológica. “Falta para nós, professores, um entendimento de qual seria um currículo mínimo a ser privilegiado nos cursos de psicologia”, completa.

O professor e especialista Álvaro José Lelé compartilha da opinião de que é dada pouca importância à prática durante a formação. “Os cursos não dão muita ênfase à área de técnicas de

exame psicológico, e o aluno acaba tendo uma visão rápida e superficial do assunto”, diz Lelé. Ele aponta para a necessidade de uma atualização e reciclagem contínuas, através de muito estudo, supervisões, especializações e consulta freqüente aos periódicos onde estão publicados dados atuais sobre a área e a participação em congressos. “É preciso que, após a graduação, o psicólogo procure aprofundar seus conhecimentos, atualizar-se e conhecer novos instrumentos disponíveis”, completa.

Segundo Schueller, no Brasil estão sendo feitas muitas pesquisas com testes e trabalhos de atualização. Como exemplo, ela cita trabalhos de atualização da lista de banais do Wartegg. E alerta para a utilização de testes ultrapassados como o G-36 substituído pelo G-38, e o D-48 substituído pelo D-70. Freqüentemente essas pesquisas são frutos de dissertações de mestrado ou teses de doutorado que não são publicadas, mas divulgadas em congressos.

A preocupação com a situação da avaliação psicológica no Brasil e o incômodo gerado por essas repercussões éticas levaram o Conselho Federal de Psicologia a criar a Câmara Interinstitucional de Avaliação Psicológica, composta por coordenadores de Laboratórios Universitários de Pesquisa, representantes das editoras de testes e entidades da profissão, cujo principal objetivo é discutir as possibilidades para a melhoria da avaliação psicológica no Brasil, construindo uma Política Nacional para os Instrumentos de Avaliação Psicológica, em relação à pesquisa, criação, validação, comercialização, ensino, uso e defesa social da utilização. Entre os projetos iniciais estabelecidos por essa Câmara estão a questão do Psicotécnico, a avaliação para a licença de porte de armas e a criação de um currículo mínimo para as cadeiras de Técnicas de Exame Psicológico, nos cursos de graduação em psicologia.

Nas universidades já foram criados laboratórios direcionados para a construção e validação de testes psicológicos adequados à cultura brasileira. Pautando-se em pesquisas nacionais e utilizando, também, a experiência internacional, esses laboratórios têm produzido instrumental para a avaliação psicológica em diferentes áreas.

Paralelamente, deve-se ressaltar as discussões teóricas e epistemológicas em Encontros, Congressos e em alguns Conselhos Regionais.

Devido à necessidade de uma câmara de discussão permanente para orientar os profissionais quanto ao uso de técnicas de exames psicológicos, seus aspectos éticos e sua utilização em pesquisas, o CRP-04 criou a Câmara de Avaliação Psicológica. A Câmara se reúne quinzenalmente, na sede do Conselho, e conta com a participação da Prof. Paula Vaz, da Prof. Alzira Schueller, da Prof. Ana Paula Pereira e do Prof. Álvaro Lelé, além de conselheiros e membros da equipe técnica do CRP-04.